

PUC

DORIS RANGEL DIOGO

FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL:
QUESTÕES PARA A CLÍNICA PSICOTERÁPICA

Dissertação de Mestrado

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, Janeiro de 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

37210

UNIVERSITY OF CALIFORNIA
LIBRARY



0-10-00000-7-22-1-001-100

DORIS RANGEL DIOGO

FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL:
QUESTÕES PARA A CLÍNICA PSICOTERÁPICA

Dissertação apresentada ao Departamento
de Psicologia da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Clínica

Orientadoras: Anna Carolina Lo Bianco
Angela Baraf Podkameni

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1989

UC 794-1



37210

150
DESIG
RESERVO

COM LICENÇA POÉTICA

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
ácho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
(dor não é amargura)
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado, Bagagem, 1986.

*Para Mario, Analia,
Tatiana e Patrícia*

A G R A D E C I M E N T O S

- A ANNA CAROLINA LO BIANCO, pelo interesse e dedicação dispensados na orientação deste trabalho.
- A ANGELA BARAF PODKAMENI, por ter-me acompanhado neste percurso.
- Aos MEUS MESTRES, especialmente JURANDIR FREIRE COSTA, MALVINE ZALCBERG, ANNA CAROLINA LO BIANCO E BENILTON BEZERRA JÚNIOR, pela oportunidade dos encontros, sinalizadores de esperança e decisivos para minha formação profissional.
- A TATIANA e PATRÍCIA que, pela atitude carinhosa e compreensiva, me ajudaram a prosseguir.
- A ROSE, presença amiga, com quem pude contar no cuidado com as crianças.
- Aos MEUS CLIENTES, pelo que me fazem sentir e pensar em nos encontros.
- A JAIRA, companheira incansável, que esteve a meu lado todo o tempo.
- A FÁTIMA, pelo apoio afetivo e cooperação técnica, importantes na realização deste trabalho.
- A ANA LÚCIA FURTADO, pelo estímulo recebido.
- Aos MEUS PAIS e IRMÃOS, pelo carinho e estímulo.
- A ZOLA que, com sua presença afetiva, tornou mais leve esta caminhada.
- Aos AMIGOS que, têm demonstrado apoio, nestes dias de poucos encontros.
- A GERSON e PETRINA, pela paciência com que realizaram a dactilografia.
- Ao CNPq, pela ajuda financeira.

RESUMO

\ Este trabalho discute a diversidade familiar, questão relevante para pensar a prática clínica nas instituições públicas, focalizando famílias chefiadas por mulheres.

A perspectiva adotada neste trabalho é a de que as famílias chefiadas por mulheres são "arranjos circunstanciais", que podem ter sua configuração modificada ao longo da trajetória de vida das mulheres, assumindo a forma de famílias de amasiados ou de famílias nucleares.

[A discussão sobre a diversidade familiar se apoia em dois pontos: na questão da matrifocalidade e na relação entre família chefiada por mulheres e um modelo ideal de família.] A matrifocalidade é considerada uma característica que se acentua devido a fatores contingenciais. Os arranjos chefiados por mulheres podem se reproduzir por diversas gerações, persistindo, no entanto, a representação do modelo ideal de família nuclear.

\ Do confronto entre Ideal e Realização Familiar surgem conflitos ligados à diferença de gênero que podem se configurar como conflitos psicológicos.

\ Comento, neste estudo, dados das entrevistas clínicas realizadas em um ambulatório público de Psicologia, com mulheres chefes de família que procuraram atendimento psicológico para um de seus filhos. Nestas mulheres há uma intensificação do conflito entre "ser mãe e trabalhar fora", vivido como conflito psicológico, devido à forte demarcação entre os papéis sociais ligados à diferença de gênero, nos segmentos populares:

conflito que se caracterizaria por ter a mulher que realizar atividades previstas para os indivíduos do sexo masculino e não poder realizar satisfatoriamente as atividades previstas para os indivíduos do sexo feminino.

A B S T R A C T

The Work is directed to the debate of family diversity. This is a relevant question to approach clinical practice within public institutions. Its main focus is the household whose head is a woman. These households can be considered "circumstantial arrangements". Their configuration may be modified through the women's lives and takes the form of either a concubinage or of nuclear families.

The discussion of family diversity is based on two points: the question of matrifocality and the relation between the "arrangements" whose head is a woman and a model they pursue of an "ideal" family. Matrifocality is considered a characteristic which becomes relevant due to contingent factors. In spite of being reproduced in many generations the women insist in an ideal model of nuclear family.

The confrontation between the "ideal" model and the actual "arrangement" makes for the emergence of psychological conflicts, which take the form of gender related conflicts. Data from clinical interviews in an Out-patient Clinic with lower-class women showed that there is a conflict between being a mother and working outside the home. This psychological conflict is due to the fact that women have to perform the tasks which are supposedly man's and cannot perform well the tasks which are supposedly woman's.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO II: A FAMÍLIA BRASILEIRA	04
1 - SOBRE A UNIVERSALIDADE DA FAMÍLIA	04
2 - A FAMÍLIA OU AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	12
2.1 - Período Colonial	12
2.2 - Período Pós-Colonial	21
CAPÍTULO III: FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES PARA A CLÍNICA PSICOTERÁPICA	34
1 - MATRIFOCALIDADE NA FAMÍLIA NUCLEAR E NA FAMÍ- LIA DE MULHERES	37
2 - MODELO IDEAL E REALIZAÇÃO FAMILIAR	41
3 - CONFLITO DE PAPEIS SOCIAIS E DIFERENÇA DE GÊ- NERO	47
4 - CONFLITO PSICOLÓGICO: "SER MULHER" NAS FAMÍ- LIAS CHEFIADAS POR MULHERES	52
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA	60
1 - CONTEXTO DO ESTUDO	60
1.1 - Local	60
1.2 - População — Clientela do PAM	62
2 - MÉTODO	68
3 - COLETA DE DADOS	69

CAPÍTULO V: ANÁLISE DOS DADOS	74
1 - FONTES DE ENCAMINHAMENTO	76
2 - COMPOSIÇÃO E TRAJETÓRIA FAMILIAR	78
3 - POSIÇÃO DO FILHO NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR	84
4 - TRATAMENTO PARA A MÃE E/OU PARA O(A) FILHO(A)	85
5 - SINTOMA	87
6 - EXPLICAÇÃO PARA O SINTOMA	89
7 - COLÉGIO INTERNO COMO SOLUÇÃO	91
8 - RELAÇÕES ENTRE A MÃE E SUA FAMÍLIA DE ORIGEM	92
9 - SER MULHER, MÃE E TRABALHAR FORA	95
D I S C U S S Ã O	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
B I B L I O G R A F I A	128
N O T A S	129

I N T R O D U Ç Ã O

Este estudo aborda o tema da diversidade familiar, focalizando famílias chefiadas por mulheres, com o objetivo de examinar a questão da composição familiar na situação clínica.

A escolha deste tema deve-se a um interesse diretamente voltado para minha prática profissional e também ao fato de ser esta uma questão polêmica na literatura.

Trabalhando como psicóloga em um ambulatório público tenho tido oportunidade de anotar observações e impressões sobre diversos arranjos familiares encontrados na clientela. Estes dados levaram-se ao estudo teórico sobre a família na realidade brasileira, especialmente as dos segmentos populares.

A diversidade familiar tem sido apontada em alguns trabalhos como problema não examinado na prática clínica, visto que esta prática, em geral, se orienta a partir de modelos teóricos que têm como parâmetro as famílias nucleares.

Assim sendo, focalizei os arranjos familiares chefiados por mulheres, por serem estes frequentemente citados como exemplo de diversidade familiar, tendo em vista a matrifocalidade destes arranjos que, segundo alguns estudos, os colocaria em oposição ao modelo de família patriarcal. Na opção deste viés, considerei também as observações realizadas no ambulatório, onde havia constatado a presença de mães e avós que se revezavam no cuidado de algumas crianças.

Com este propósito, realizei revisão da literatura para examinar a continuidade / descontinuidade entre os arranjos familiares, situando neste contexto a questão da matrifocalidade que tem sido considerada como característica das famílias chefiadas por mulheres, buscando assim, as relações existentes entre os diversos arranjos familiares.

Com este estudo pretendo apontar subsídios para a prática clínica realizada em ambulatório público, por isso, detenho-me na análise dos arranjos familiares dos segmentos populares.

Para viabilizar esta proposta, introduzi temas específicos nas entrevistas de rotina, realizadas com os pais que solicitaram atendimento psicológico para um de seus filhos. Estas entrevistas foram realizadas durante o processo psicodiagnóstico com o objetivo de ver como se caracterizava e como era tematizada a composição familiar na situação clínica.

A escolha destas entrevistas como material de análise para este estudo, reflete uma forma de abordar a clínica, pensando-a como inserida em um dado contexto social levando em conta as características da clientela. O momento do psicodiagnóstico mostrou-se como o mais adequado para a coleta de dados pois, pretendia manter-me o mais próximo possível do procedimento técnico habitual. Assim foi possível introduzir perguntas de esclarecimentos, obter informações sobre o cliente e o contexto em que ele vive.

Estes dados foram interpretados à luz das discussões teóricas sobre a diversidade familiar, com o propósito de ver,

entre outros aspectos, como as mulheres chefes de família experienciam a distribuição de papéis sociais ligados à diferença de gênero.

CAPÍTULO II

A FAMÍLIA BRASILEIRA

1 - SOBRE A UNIVERSALIDADE DA FAMÍLIA

A discussão sobre a universalidade/diversidade dos arranjos familiares insere-se na complexa e polêmica questão da relação indivíduo-cultura, que tem sido abordada sob diferentes enfoques por pensadores ao longo da história, algumas vezes privilegiando o particular, o relativo, outras enfatizando o geral, o universal.

Assim, pode-se afirmar que, em geral, tem-se por um lado abordagens que se situam no extremo da visão universalizante que chega a desconsiderar as diferenças e, por outro, aquelas que levam o relativismo às últimas conseqüências, fragmentando artificialmente a sociedade em grupos distintos. Neste último caso, em nome da ênfase na heterogeneidade, perde-se a visão global e sob um discurso das diferenças encobrem-se os conflitos presentes nas relações sociais.

Um dos dilemas em que se encontra o pesquisador social é o de ver se e como se articulam as diversidades culturais. Problema que se impõe em uma sociedade pluralista como a nossa, onde existem grupos sociais com universos simbólicos distintos convivendo por vezes no mesmo espaço social.

Não se trata, no entanto, de buscar soluções conciliatórias ou reducionistas mas de se tentar uma reflexão que procu

re dar conta da diversidade em sua relação com o universal.

Dentre as vertentes teóricas que buscam explicitar a relação entre o particular e o geral, o estruturalismo tem sido o paradigma de alguns pesquisadores que estudam as organizações familiares.

*→ família
casamento*
Lévi-Strauss (1956), abordando a questão da universalidade da família, comenta que tanto os antropólogos que tinham um ponto de vista evolucionista quanto os que defendiam a universalidade da família nuclear estavam equivocados por se apoiar na evidência dos dados aparentes. Ele mostra que, para além da relatividade destes dados, podem ser apreendidas estruturas universais.

Ao definir a família como grupo social que tem sua origem no casamento, sendo constituído por marido, esposa e filhos e eventualmente, por outros parentes, ligados por laços legais, direitos e obrigações econômicas e religiosas, Lévi-Strauss (1956) sustenta que a organização social teve sua origem na proibição universal do incesto que a família perpetua ao definir as relações permitidas e proibidas entre seus membros, o que pressupõe a troca de mulheres entre grupos distintos, para estabelecer alianças entre si e relações de interdependência entre as famílias biológicas.

Assim, para Lévi-Strauss, a universalidade da família deve-se a fatores culturais e não a necessidades biológicas ou afetivas. Além disso, considera que o casamento monogâmico é predominante em relação ao casamento poligâmico, explicitando que onde este último ocorre pode resultar tanto de uma combina

ção de várias famílias monogâmicas como do afastamento do homem para outras atividades exercidas distante da família.

Importante assinalar que Lévi-Strauss, ao abordar as "formas de famílias", refere-se à família conjugal como predominante, seja ela limitada a mãe e filhos e baseada na dependência fisiológica e psicológica entre seus membros, seja ela constituída por marido, esposa e filhos, forma quase tão freqüente quanto a primeira, acrescentando-lhe ainda como características importantes a dependência econômica e psicológica entre os cônjuges. Sobre isto, afirma Lévi-Strauss (1956):

"A suposta universalidade da família conjugal, de hoje, corresponde mais a um equilíbrio instável entre os extremos (família constituída por mãe e filhos e família extensa) do que a uma necessidade permanente e duradoura das exigências profundas da natureza humana."
(p. 29)

A respeito da relação entre família e sociedade, Lévi-Strauss afirma tratar-se de um processo dinâmico de tensão e oposição, sujeita a variações intermináveis de época para época e de sociedade para sociedade.

Sem pretender simplificar as contribuições de Lévi-Strauss, poderia afirmar que ele abre uma perspectiva para o estudo das diferenças entre os diversos arranjos familiares, além de revelar a passagem natureza-cultura e enfatizar os aspectos simbólicos na relação de parentesco.

Muitos autores comentam e discutem o texto (clássico) de Lévi-Strauss. Dentre eles, gostaria de citar Micela (1984) que usa como contraponto estudos que têm questionado a universa

lização da proibição do incesto e que enfatizam o papel das relações de produção material nas relações de parentesco.

Do mesmo modo, outros pesquisadores têm elaborado categorias mediadoras para explicitar a relação indivíduo-cultura. Por exemplo, Bourdieu (1972) ao definir o conceito de "habitus":

"sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente "regulamentadas" e "reguladas" sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro." (Apud Ortiz, 1983, p. 15)

Como elemento de intermediação entre a estrutura social e a prática dos agentes, o "habitus" (produto das relações sociais) tende a reproduzir as mesmas relações da situação que lhe deu origem. Desse modo, fica explicitado como a inserção social marca o indivíduo que ao mesmo tempo reproduz esta mesma ordem sócio-cultural.

Neste estudo, ao me referir à "família", terei como parâmetro, uma instituição que passa por transformações ao longo da história, que expressa regularidades do universo sócio-cultural no qual está inserida ao mesmo tempo em que se organiza através de estruturas universais.

Neste sentido, não estou optando por uma perspectiva exclusivamente estruturalista por considerar necessário enfatizar as diversas realidades sócio-culturais. Por outro lado, uma

perspectiva "dialética", que enfatiza a diversidade focalizando as relações de produção, não é inteiramente satisfatória, pois é possível perceber regularidades entre famílias inseridas em diferentes universos sócio-culturais. Neste estudo, mesmo reconhecendo a possibilidade de estruturas universais, enfatizarei as diferenças decorrentes do contexto sócio-cultural.

Desse modo, poderia afirmar, com o cuidado que é necessário em assunto tão debatido, que as estruturas universais, como por exemplo, a "proibição do incesto", se atualizam de diversas formas acopladas às transformações histórico-sociais. Pode-se dizer que as regras de tal proibição mudam mas serão necessariamente encontradas.

Entretanto, esta contextualização, embora necessária, não é suficiente, pois o problema é mais complexo, já que em um dado momento, podem-se encontrar diferentes formas de arranjos familiares, que podem ser explicados pela diferença na inserção social ou pela descontinuidade no próprio universo social.

Desta forma, há estudos que se detêm na análise destas transformações na família, procurando mapear as intrincadas relações que as engendraram.

Ariès (1981), por exemplo, mostra uma lenta transformação nas concepções de infância e vida familiar na França, a partir do século XV, que atingiu inicialmente as classes mais altas da sociedade, difundindo-se progressivamente para os estratos mais baixos. Com este propósito, Ariès focaliza as atividades sociais das quais participavam adultos e crianças e on-

de gradativamente se nota a segregação e crescente privatização das relações afetivas originando sentimentos novos dos pais para com os filhos.

Para Ariès, a família antiga tinha por missão a conservação de bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana, a proteção da honra e da vida; não tendo fundamentalmente a função afetiva. O sentimento entre os cônjuges, entre pais e filhos não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora do âmbito familiar, onde a inclinação podia se manifestar mais livremente, aí se diluindo as famílias conjugais. As crianças permaneciam junto dos pais até os sete anos, sendo costume enviá-las a outras famílias como aprendizes. Assim, a transmissão de valores, de conhecimentos e a socialização não eram assegurados pela família. O autor enfatiza que os agrupamentos sociais correspondiam a divisões verticais que reuniam classes de idades diferentes.

As mudanças profundas que Ariès localiza no século XVI e XVII, com a expansão econômica do mercantilismo, produziram transformações na concepção de vida familiar e social, favorecendo o aparecimento do "sentimento da infância", assumindo, assim, a família, a função moral e espiritual de formar corpos e almas. Este sentimento surgiu simultaneamente à defesa da escolarização institucionalizada.

A partir destas transformações, observou-se um enclausuramento dos indivíduos na família nuclear que passou a preocupar-se com o futuro da prole e, conseqüentemente, a exercer con

trole sobre sua saúde e educação.

Entre nós, estudos de Freyre (1951), Cândido (1951) e mais recentemente, Costa (1979) registram a transformação ocorrida na sociedade brasileira, com o declínio da sociedade agrária e o surgimento das cidades, influenciada pela europeização dos costumes, o que levou a mudanças tanto no cotidiano das famílias como em suas funções. Durante o século XIX ocorreram transformações na família, destacando-se a passagem da família patriarcal para a família conjugal, integrada à ordem urbana e ao Estado.

Costa (1979) mostra como o movimento higienista inseriu-se neste contexto de anomia interna, regulando novos papéis e novas funções, produzindo assim, modelos normalizadores para a família, enfatizando a interioridade e criando o indivíduo disciplinado.

No entanto, estas estratégias atingiram de modo diferenciado os indivíduos de acordo com sua inserção social, distinguindo as famílias das classes dominantes das famílias das classes populares, conforme assinala Costa:

"... no processo de definição da "família", a higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Estes últimos, juntamente com os desclassificados de todo tipo serão trazidos à cena médica como aliados na luta contra a rebelião familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc... servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas." (Costa, 1979, p. 33)

A diversidade familiar pode ser focalizada tanto em um sentido diacrônico como em um sentido sincrônico, podendo privilegiar as concepções de família e infância ou a realidade familiar. No sentido diacrônico, os estudos apontam os fatores que contribuíram, ao longo de transformações histórico-sociais, para a mudança na família. Já no sentido sincrônico, mostra-se a relação entre os diferentes tipos de organização familiar que coexistem, em um dado momento, enfatizando-se o pertencimento de classe social.

Lo Bianco (1981) ao abordar as diferentes concepções sobre família e infância baseia-se, nos estudos, entre outros, de Ariès (1962) e Boltanski (1977) afirmando que este último rebate num plano sincrônico as idéias desenvolvidas por Ariès. Isto permite averiguar a existência de diferentes considerações acerca da concepção de família e de infância em um dado momento histórico, pois

"os conceitos difundidos pelas classes superiores são assimilados através de interpretação e de acordo com saberes anteriormente obtidos dos hábitos, costumes e valores das classes baixas." (Lo Bianco, 1981, p. 162)

O presente estudo privilegia o sentido sincrônico, considerando tanto as concepções sobre família quanto a realidade da composição familiar, para abordar a continuidade e descontinuidade entre os arranjos familiares.

Um dos aspectos em que a diversidade familiar pode ser abordada é o da composição e estrutura familiar, onde se discute a continuidade e descontinuidade entre a família extensa, a

família nuclear, a família de amasiados e a família de mulheres.

2 - A FAMÍLIA OU AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Ao realizar a revisão bibliográfica sobre este tema, optei por uma releitura dos textos, alguns clássicos, com o objetivo de localizar meu ponto de vista sobre a diversidade familiar. Deste modo, por vezes, recorri a citações para assinalar os pontos significativos da discussão.

2.1 - Período Colonial

O estudo clássico de Freyre (1977 - 1a.ed., 1933) define a Família Patriarcal como sendo constituída por um grupo extenso formado pelo patriarca, sua mulher, concubina, filhos e vasta rede de parentesco e agregados, em que a solidariedade e o regime de poder são mantidos por laços de sangue e compadrio e se estruturam em torno do patriarca que simboliza a unidade do todo.

Para Freyre, a família patriarcal instalou-se no Brasil, a partir de 1532 quando a organização sócio-política tinha características feudais, atribuindo um poder quase irrestrito a estas unidades familiares que, apoiadas na riqueza advinda da atividade agrícola, desenvolvida a partir do trabalho escravo, acumulava uma série de funções sociais.

Em Casa-Grande e Senzala, Freyre (1987), focalizando a sociedade agrária, comenta a educação das crianças da elite e mostra a diferença marcante entre a educação de meninos e meni-

nas inserida na reprodução do sistema patriarcal. Neste contexto, distinguíam-se papéis sociais de acordo com o sexo, estimulavam-se os meninos a agirem ativa e impulsivamente, por vezes até com brutalidade em relação a animais e escravos; enquanto que as meninas eram educadas para o casamento e a maternidade, sendo tuteladas, inicialmente, pelos pais e posteriormente pelos maridos.

Efetivamente, Freyre reconhece a ocorrência de tipos diferentes de famílias no Brasil Colônia e os compreende como variantes do modelo patriarcal, denominando-os "parapatriarcais, semipatriarcais e antipatriarcais" (Freyre, 1987, p. 65). No entanto, ele não se detém na análise destas variantes, não as define, apontando o fato de serem famílias não orientadas pela crença no catolicismo, consequência da influência africana e resultado também das circunstâncias adversas da escravidão. Não vendo positividade nestes arranjos, justifica sua análise afirmando que a cultura dos colonizadores foi decisiva na formação e caracterização da sociedade brasileira, exemplificando que sempre que possível, isto é, quando ascendiam socialmente, os indivíduos dos estratos mais baixos realizavam o modelo de família patriarcal.

Os escritos de Freyre possibilitam pelo menos duas interpretações, uma de que ao falar da família brasileira ele estaria retratando a família da elite agrária e outra de que ele se refere à família patriarcal como a forma dominante de arranjo familiar no Brasil, que como modelo atingiria todos os segmentos da população.

Ao enfatizar a importância do familismo - entrelaçamento da família, da vida econômica e política do país - fato notório, registrado posteriormente por diversos autores (Azevedo, 1966; Willems, 1954; Da Matta, 1987) - ao relacionar este familismo com a instituição da família patriarcal e, principalmente, ao defender a estabilidade da família como condição para a organização social, Freyre (1951) reafirma, a meu ver, o poder do patriarca e de todo o sistema no qual está inserido, além de excluir e desqualificar os arranjos que não realizam este modelo.

Neste sentido, Medeiros (1984) assinala que Freyre, numa aliança com o poder dominante, elaborou cuidadosamente uma justificativa para a relação de domínio do senhor de engenho, mostrando-o como o mais indicado para exercer o poder.

Freyre parece ter-se referido à família patriarcal como modelo, estendendo-o até a realidades onde o poder do patriarca não era tão irrestrito como nos engenhos de açúcar; mas onde estava presente uma forte relação hierárquica entre proprietários e não-proprietários (escravos e trabalhadores livres). Freyre (1964) vê positividade apenas no modelo patriarcal, naturalizando-o, usando como argumento sua penetração em todas as esferas sociais, ora como consequência, ora como causa do valor conferido ao "privado" em detrimento do "público", na sociedade brasileira.

Para Freyre (1951), o sistema patriarcal vem atravessando a história do Brasil revelando o domínio da família sobre as outras instituições:

"a família sob a forma patriarcal ou tutelar tem sido, no Brasil, uma dessas 'grandes forças permanentes'. Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos, e não em torno dos reis ou dos bispos, de chefes de Estado ou de Chefes de Igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência senão criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal." [1951, Vol. 1, p. 81]

Os escritos de Freyre, assim, têm sido usados, por segmentos da classe dominante da sociedade brasileira, para reafirmar a defesa de certo ideal de família, que desloca para a família o eixo da estrutura social, em detrimento de outras organizações como os partidos políticos e associações profissionais e sociais. Isto pode ser notado quando se "familiarizam" as relações de trabalho, ou a relação governo-governados, sendo frequente a associação entre pai/chefe/governo, vistos como "provedor", "protetor" do indivíduo em um contexto onde pouco se respeitam os direitos dos cidadãos, imperando o "favor" e o "apadrinhamento", desestimulando-se assim, a organização em grupos.

Cândido (1951) também descreveu a família brasileira como patriarcal, formada por uma dupla estrutura: um núcleo central, legalizado, composto pela esposa e suas crianças e uma periferia, nem sempre bem delineada, que consistia numa massa anônima de degradados socialmente, aqueles rejeitados pelo grupo familiar ou educados fora dele. Este grupo, que ele denomina "não-familiar" para distinguir de "familiar", que é o núcleo central, reproduzia-se acidentalmente e vivia sem normas regulares de conduta.

Em sua análise, Cândido (1951) descreve as trocas entre o núcleo legal da família e a periferia. Segundo ele, este núcleo servia por um lado, como força estabilizadora, poder re-

gulador, ancorados no meio de verdadeiro "caos" sexual, disciplinando as relações entre os sexos; por outro lado, os membros da família legal, monogâmica mais frequentemente os homens, buscavam satisfação emocional em relações extraconjugais que ocorriam com parentes ou com integrantes da periferia, o que levou ao surgimento de um novo estrato social, formado a partir da mistura de raças.

Apesar da interpretação da dupla estrutura da família, no período colonial, onde Cândido explicita as relações sociais entre grupos distintos, a utilização de expressões, tais como, "caos" sexual, como característica atribuída ao grupo periférico, revela que o autor interpreta a estrutura familiar privilegiando uma determinada visão de mundo, a dos grupos dominantes.

Cândido (1951) refere-se a este período de "caos" sexual atribuindo-o à mistura de raças de culturas diferentes, ao poder dominante do homem branco que tomava mulheres da periferia como concubinas, dando origem a filhos ilegítimos, como também à própria prática da escravidão que dificultava a manutenção das unidades familiares.

Fica difícil imaginar que este "caos" sexual tenha durado dois séculos, pois, segundo Cândido somente no século XIX, com a mudança estrutural na sociedade teria sido possível identificar uma tendência para a formação de uma família negra numa linha monogâmica e cristã em substituição à poliginia.

Do mesmo modo que Freyre, Cândido não se detém na descrição dos conflitos e tensões entre estes dois universos sociais, por eles identificados, e não realiza um estudo das ca-

racterísticas peculiares dos arranjos familiares dos segmentos não dominantes.

Este "caos" sexual, se houve, foi no início da colonização. Ao "caos" se associa a idéia de licenciosidade e promiscuidade registrada na frouxidão dos costumes sob os olhos indulgentes da Igreja. Tanto Freyre, como Cândido, neste aspecto, atribuem este "caos" ao homem branco, no exercício da dominação da raça negra, como também às circunstâncias da escravidão.

No entanto, isto não esgota o problema, pois os referidos autores não descrevem o cotidiano destes indivíduos negros e, em geral, a eles se referem como sendo uma massa amorfa, passiva, que vivia exclusivamente em função do poder dominante.

Não se trata de minimizar tal dominação mas, ao contrário, retratá-la sob outro aspecto, revelando também, o comportamento tanto de adaptação à ordem dominante quanto de resistência, expresso na preservação de alguns costumes como, por exemplo, ocorria nos diversos quilombos. (Ver nota 1).

Sem dúvida, a escravidão trouxe efeitos para a organização familiar tanto entre os índios como entre os negros. Estes efeitos conduziram a outros tipos de arranjos familiares como, por exemplo, a poligamia poliândrica, como forma de equacionar a questão do desequilíbrio entre os sexos, proveniente da predominância de homens negros em determinadas regiões do país, decorrente do tipo de atividade econômica desenvolvida.

Mott (1986) ao abordar o problema da promiscuidade primitiva aponta a presença de uma série de ligações passageiras, a

poligamia poliândrica e também a prática de homossexualismo masculino.

Venâncio (1986) revendo também a falsa idéia de promiscuidade atribuída à massa de "desclassificados" e marginalizados do período colonial, comenta sobre a prática do concubinato e também da mancebia até meados do século XVIII. Afirma que, com a reforma no clero que punia com multas e prisões tais práticas, a Igreja conseguiu alguns resultados, difundindo o casamento no mundo livre, porém quase não atingindo o meio escravo.

Analisando a organização dos escravos, o autor aponta para o alto custo do processo matrimonial o que dificultava aos cativos organizarem legalmente suas famílias.

Entretanto, em pesquisa realizada em algumas paróquias, onde havia uma concentração razoável de negros, Venâncio (1986) encontrou 40% de legitimidade para os filhos de escravos, média superior à de algumas populações livres.

Assim, considerando-se este índice de legitimidade, a prática difundida de mancebia e o estudo de parentesco que estabelece, entre os Banto e os Ashanti, a filiação por linha matrilinear e prevê a poligamia, fica difícil entender o que se difundiu como promiscuidade sexual.

Estes dados são relevantes para questionar a suposta desorganização familiar em que insistem alguns autores, entre eles Freyre (1951) e Willems (1954). Este último, ao identificar o complexo de virgindade e o de virilidade como axiais da estrutura da família da classe superior e média, aponta para a

diversidade da família da classe inferior que se caracterizaria pela "frouxidão" dos costumes devido à ausência de um foco cultural definido nesta classe.

Esta idéia tem contribuído para interpretações distorcidas da sociedade brasileira e tem tido efeito nas práticas médicas, sociais e especialmente jurídicas, junto a grupos sociais que não realizam o modelo de família conjugal. Ao associarem outros tipos de arranjos familiares à desorganização social e ao apontarem sua frequência nas camadas mais baixas da população, conclui-se rapidamente que estas famílias "desorganizadas" são fonte de problemática social, escamoteando-se assim, outras questões relevantes, como as circunstâncias econômicas e sociais que também influem no seu aparecimento, responsabilizando-se a família e o indivíduo por suas precárias condições de vida. Além disto, a perspectiva de análise adotada nos citados estudos deixam de perceber que estes arranjos são possibilidades ancoradas dentro de valores culturais daquele grupo, constituindo-se como alternativa ao arranjo de tipo conjugal.

Uniões livres não implicam necessariamente em falta de organização, como bem esclarece Venâncio (1986):

"... a união livre pode ser em muitos casos, uma instituição instável, mas tão pretensamente austera quanto o casamento legitimamente constituído." (p. 1231)

Vê-se assim, que se houve "caos", foi por um período provavelmente anterior ao período a que correspondem os estudos acima e não até o século XIX.

Portanto, apesar das circunstâncias adversas da escravidão dificultarem enormemente a constituição de organizações familiares, estas não estavam ausentes, sendo mais frequentemente encontradas entre os escravos urbanos. (Woortmann, 1987, p. 225). No entanto, a manifestação destas organizações seguia padrões distintos dos de segmentos da classe dominante.

Com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no século XIX, alguns estudos (Freyre, 1951; Cândido, 1951) registram a passagem da família patriarcal à conjugal, decorrente do declínio da sociedade agrária, crescente urbanização, início da industrialização e influência dos costumes europeus que levaram ao enfraquecimento do poder paterno e ao surgimento de novas lideranças que sobressaíam por sua capacidade intelectual. Apesar das profundas transformações, desde a redução de tamanho a alterações nas funções da família, destacando-se a igualdade de status entre o homem e a mulher e ênfase no indivíduo, a organização patriarcal permaneceu pois, conforme aponta Cândido, privilégios masculinos foram preservados, principalmente, os ligados à sexualidade e à liberdade pessoal.

Para Freyre (1951), o patriarcado sobreviveu, urbanizou-se, tendo surgido

"novas formas de subordinação, novas distâncias sociais entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor. Uma nova forma de poder que continua, entretanto, a ser principalmente, o dos senhores, o dos brancos, o dos homens." (Freyre, 1951, Vol. 1, p. 17)

O fato de Cândido (1951) utilizar como parâmetro a trajetória da família das camadas dominantes e nomeá-la como

"a família brasileira", pressupõe que, para ele, os demais tipos de organizações têm importância secundária.

É isto que Correa (1982) mostra em uma perspectiva relativizadora, apontando que a diversidade econômica nas diferentes regiões sócio-geográficas, teria levado a diferentes formas de organização familiar.

Porém, interpretando-se a família patriarcal como modelo, que tem o respaldo inclusive da lei, vê-se que houve uma difusão de valores dominantes para diversas áreas geográficas, que desenvolveram diferentes atividades econômicas. É sabido que estes valores dominantes não são recusados integralmente por este ou aquele segmento da população pois a ideologia dominante, no sentido que lhe dá Chauí (1986, p. 113), penetra e se entrelaça nestes universos tecendo o cotidiano. Portanto, estes universos (segmentos) distintos estão em constante relação, pois não só coexistem em um mesmo espaço social como necessariamente têm um "lugar", uma "função" na estrutura social.

2.2 - Período Pós-Colonial

As contribuições de Azevedo (1963, 1966) são frequentemente interpretadas (Lo Bianco, 1981) como enfatizando a diversidade familiar e até mesmo opondo-se à visão de Freyre (1987, 1a.ed., 1933) e Cândido (1951) sobre a família brasileira.

Azevedo, a meu ver, realiza mais do que uma distinção entre tipos de organizações, ao apontar as características espe

cíficas das famílias, pois revela também, a relação existente entre estes tipos de famílias, descrevendo-as como variações do modelo patriarcal.

Vale a pena citar de forma mais extensa, a afirmação que Azevedo (1963) faz no início de sua exposição.

"Qualquer estudo de família brasileira deve reconhecer a base essencialmente aristocrática e patriarcal de sua estrutura associada a valores tradicionais. Mas é necessário perceber as diversas variações deste modelo os vários tipos de famílias, associações que tem tomado forma em diferentes períodos da história brasileira e que não somente diferem do modelo ideal mas estão mesmo em direta oposição a ele. Somente neste caminho, pode ser explicada a presença dos diversos tipos de família no Brasil moderno e os diversos valores com eles congruentes." (Azevedo, 1963 - Prefácio VIII).

A diferença fundamental, a meu ver, entre as conclusões de Azevedo (1963-1966) em relação a outros estudos clássicos (Freyre, 1987 e Cândido, 1951) é que ao retratar a família brasileira, na década de 60, Azevedo reconhece o modelo ideal de família nuclear mas vê positividade nos outros tipos de organizações, como os amasiados e a família parcial, relacionando-os com a localização na estratificação social e com origens culturais diversas.

Azevedo (1966) classifica as organizações familiares em quatro tipos distintos. Patriarcal Remanescente, Conjugal ou Nuclear, Amasiados e Parcial.

Na primeira categoria, ele descreve a "Família Patriarcal Remanescente" - encontrada nas classes superiores, formada por descendentes da aristocracia rural. Apesar de se constituí-

rem como família conjugal, a solidariedade e o regime de poder se estruturam em torno de um membro mais velho e respeitável do antigo tronco, a quem se presta deferência e se consulta em certas circunstâncias e em quem está simbolizada a unidade do todo.

A segunda categoria seria a "Família Nuclear ou Conjugal" - tipo predominante de família em todos os níveis do sistema de estratificação social, resultante não só da desintegração da antiga família extensa, mas também, das

"condições originadas pelo crescimento das cidades, pelas novas divisões do trabalho, por uma diferente concepção da liberdade e dos fins de existência." (Azevedo, 1963, p. 11)

Embora seja o tipo predominante de família, Azevedo identifica diferenças em sua realização. Nas regiões tradicionais, a família conjugal está ligada a uma parentela vasta e coesa enquanto que nos centros urbanos torna-se mais isolada, dividindo suas atribuições com outras instituições sociais.

Sobre a família conjugal, nos estratos mais baixos, afirma Azevedo:

"... tem aparentemente as mesmas características de constituição, estrutura e funcionamento, porém, aparentemente é menos estável e o seu círculo de parentesco e compadrio é mais limitado. A deserção masculina parece aí mais freqüente." (1966, p. 121)

Ao referir-se à "deserção masculina", Azevedo está apontando para a relação entre família nuclear e família parcial, que mais adiante comentarei.

As famílias nucleares das classes mais baixas, que vivem nos centros urbanos, estabelecem laços de solidariedade, no próprio espaço onde residem, combinando laços de parentesco, vizinhança e procedência (Magnani, 1984). Recorrem pouco às instituições, que são em número insuficiente quando públicas ou fora de seu alcance financeiro, quando privadas. Frequentemente estes migrantes, visitam parentes em suas cidades de origem, recriam laços de solidariedade no espaço urbano, onde vivem, sendo o local de residência tomado como referência para a vida social, para a troca de serviços e para a circulação de mercadorias.

Assim, ao mesmo tempo que há relação e "trocas" entre grupos distintos no espaço urbano, este é também delimitado geográfica e sócio-culturalmente e sua composição não é homogênea, como parece à primeira vista.

A terceira categoria apontada por Azevedo, seria a constituída por Amasiados - "tipo de união consensual, com relativa estabilidade que dispensa qualquer cerimônia de casamento formal". Para Azevedo, estas uniões são toleradas socialmente e aceitas como resultado da tradição e costume mais do que da depravação e desorganização.

Frequente nas camadas mais pobres da população, onde se concentram mais pessoas de cor negra, a família de amasiados reserva um lugar de primazia para a mãe. Sobre isto comenta Azevedo:

"As regras da casa estão nas mãos da mulher. Quando uma criança começa a trabalhar, o dinheiro que ela ga-

nha pertence a sua mãe..." (1963, p. 17)

Estas uniões dão origem a filhos ilegítimos e à mãe cabe a responsabilidade de cuidar dos filhos de outras uniões, caso os tenha.

A quarta e última categoria seria a **Família Parcial** ou **Matricentral** - famílias presididas por mulheres. Em algumas, há uma mulher mais velha com uma ou duas filhas e seus filhos, mas sem a residência ou presença de companheiros ou esposos.

Nesta composição todo o poder e responsabilidade em relação aos filhos recai sobre a mãe, enquanto que o pai não tem responsabilidade econômica ou social.

Este tipo de família, comum nos estratos mais baixos da população, é, para Azevedo (1963), encontrado, principalmente, nas áreas rurais enquanto que, para Barroso (1978) e Zaluar (1982) é um fenômeno predominantemente urbano.

Gostaria de enfatizar a relação que Azevedo faz entre família parcial, nuclear e de amasiados. Citando estudos de Wagley (1968), Azevedo chama atenção para a frequência de famílias parciais cujas

"chefes são mulheres casadas que tiveram uma série de uniões consensuais depois que seu marido legal deixou-as." (Azevedo, 1963, p. 20)

Assim, a família parcial, organização bastante frequente nos segmentos mais pobres da população, resulta de uniões

desfeitas de famílias de amasiados e de famílias conjugais que são regidas por um modelo patriarcal.

Embora seja possível apontar suas raízes históricas na escravidão e na poliginia africana, a família parcial não é encontrada exclusivamente entre os negros, nem é um tipo fixo de organização familiar dos segmentos mais pobres. A família parcial é um arranjo circunstancial, que pode assumir as configurações, de amasiamento e conjugal, segundo o tipo de união entre os cônjuges, em qualquer momento da trajetória da mulher.

Com isto, não pretendo anular as diferenças mas tão só apontar a importância de se focalizar a trajetória destes arranjos no estudo da diversidade familiar.

Parece que de um ponto de vista diacrônico, vê-se que estes diferentes tipos de famílias têm uma relação entre si, mas tomadas cada uma per se, revelam um modo próprio de organização que pode ser notado, por exemplo, na forma de distribuição das funções, revelando que a família parcial pode ser tão operativa quanto a família nuclear, não sendo este requisito necessário para toda e qualquer sociedade.

Sem dúvida, não se trata de "desorganização" familiar mas de uma adaptação sócio-cultural que pode envolver uma série de conflitos. É o que passarei a examinar, comentando estudos mais recentes sobre a situação da mulher chefe de família.

Woortmann (1987), estudando organizações familiares de segmentos pobres dos Alagados, na Bahia, aponta as precárias condições sócio-econômicas, a cultura africana e a penetração dos

valores dominantes como fatores que influenciam o parentesco e os papéis sexuais. Em sua pesquisa, encontrou uma predominância de "famílias elementares" (conjugais), seguida da presença significativa de "díades maternas", dados que corroboram os estudos de Azevedo (1966).

Woortmann (1987) descreve a situação de pobreza em que vive a população dos Alagados, composta em boa parte por operários não-especializados ou semi-especializados e por trabalhadores temporários, que periodicamente encontram-se na condição de desempregados. Esta situação cria a necessidade de a mulher e os filhos se engajarem no mercado de trabalho, com consequências para a estrutura e organização familiar tão bem exemplificadas, nestes comentários:

"Quem é jogado fora não pode bancar o macho" ou "Aqui o galo não canta porque não é o dono do terreiro."
(Woortmann, 1987, p. 53 e 54)

Um dos problemas desta análise é que ao retratar a impotência masculina nestas condições adversas, o autor afirma que a mulher garantiu dois espaços de realização - a família e o grupo de culto. No entanto, tanto homens como mulheres são penalizados nesta situação, como pode se observar nos discursos registrados em alguns trabalhos (Salem, 1981; Lo Bianco, 1988; Chauí, 1987). Nestes relatos, constata-se o ressentimento de algumas mulheres por terem sido "abandonadas" pelos maridos e, em consequência, terem que assumir o cuidado integral dos filhos, além de garantirem a sobrevivência do grupo.

Para Woortmann, "não existe uma multiplicidade de "tipos" de famílias mas um modelo flexível que permite a realização de diferentes soluções contingentes relacionadas à qualidade de vida, a uma situação de classe e ao ciclo do desenvolvimento doméstico. Assim, os homens podem ser vistos como "parceiros itinerantes" (p. 86) e as mulheres que permanecem em uma mesma casa, como tendo uma carreira conjugal onde se desenvolve uma série de uniões com estágios intermediários sob a forma de "díades maternas" (p. 127).

As famílias chefiadas por mulheres são arranjos circunstanciais e não tipos fixos de família, pois além de derivar de famílias nucleares e de amasiados, podem assumir esta configuração em alguns estágios de sua trajetória.

Importante assinalar que as mulheres dos segmentos populares não permanecem muito tempo sozinhas, por necessitarem de ajuda financeira e colaboração para criar os filhos, recorrendo a novos companheiros e a parentes. O que ocorre de modo um pouco diferente nos segmentos médios, onde a mulher pode viver só com os filhos, pois dispõe de recursos financeiros para pagar serviços de apoio.

Mostrando a dramaticidade em que vivem as famílias chefiadas por mulheres, na luta pela sobrevivência, Barroso (1979) constata que estas recebem baixa remuneração, devido à baixa escolaridade e à falta de qualificação profissional, o que as levam a trabalharem na área de prestação de serviços. A autora também aponta que 20% das mulheres chefes de família vivem do salário infantil.

Isto mostra a reprodução do sistema, pois estas crianças são privadas da escolarização e cedo empurradas para o mercado de trabalho, de diversas formas. (Ver nota 2).

Nesse contexto, pais e filhos vivem o conflito escola-trabalho, frente às condições adversas do cotidiano. Assim, os pais vêem frustradas as possibilidades de alterar a trajetória de vida de seus filhos, que teriam na escolarização uma alternativa.

Ao examinar a questão da organização familiar nos estratos mais baixos é preciso repensar a atribuição de "desvio" a unidades onde a mulher é a "chefe" da família. Se são arranjos transitórios, muitas vezes gerados pela instabilidade conjugal devido à dificuldade de manutenção da divisão sexual do trabalho, por ser comum o desemprego masculino periódico, então, como afirmar que são tipos incompletos de família, se buscam adaptar-se a estas contingências?

Ao retratar a família no período colonial, comentei estudos que, tendo como referência o modelo de família, conjugal, típico dos segmentos dominantes, parecem ter dado subsídios para esta noção de "desvio" dos arranjos familiares chefiados por mulheres.

No entanto, Woortmann (1987) e outros identificam entre os pobres um padrão de organização familiar distinto do modelo ideal de família conjugal que costuma ser realizado por segmentos médios e pelas elites e que também permeia os grupos pobres. Para Woortmann, o referido padrão prevê a aceitação do

amasiamento como tipo de união conjugal, a fidelidade da mulher tanto nas uniões formais como consensuais e a ausência do conceito de ilegitimidade dos filhos, pois estes são vistos como pertencentes à mãe. Além disto, enquanto nos segmentos médios um casal costuma iniciar sua trajetória de vida conjugal contando com a ajuda da família de origem, tornando-se independente com o passar do tempo, movimento em sentido contrário ocorre nos segmentos pobres. Nestes, os pais adultos e idosos têm expectativas de contar com a solidariedade dos filhos, pois a capacidade laborativa, embora presente, é depreciada no mercado de trabalho, o que os torna dependentes dos filhos. Ainda que, muitas vezes, esta expectativa não seja atendida, os filhos podem representar, nestes segmentos, um investimento para o futuro dos pais.

Ressaltando a acentuada centralidade da mulher, nos segmentos pobres, que detém o controle da casa, dos filhos, da rede de parentesco e, eventualmente, do acesso a benefícios obtidos com a rede de "patroas", Woortmann (1987) mostra como a instabilidade conjugal está inserida em um padrão probabilístico de relações conjugais e de organização doméstica, considerando-se as faixas etárias das mulheres neste segmento social, onde é freqüente ocorrerem momentos alternativos e reversíveis entre arranjos familiares de configuração conjugal e de díades maternas (p. 126).

Assim, Woortmann defende o ponto de vista de que a instabilidade conjugal é adaptativa entre os pobres, pois a união tende a ser rompida pela mulher quando o homem torna-se incapaz de prover o sustento da casa, o que a leva a buscar apoio nos

parentes ou a substituir o companheiro.

Focalizando a instabilidade conjugal, Woortmann (1987) não observou diferença significativa entre rompimentos de uniões formais e consensuais (p. 81). Estes dados corroboram os comentários por Azevedo (1963) e Venâncio (1986), que questionam o amasiamento como fator que conduz à instabilidade conjugal.

Ao se falar em "desorganização" ou "desestruturação" familiar costuma-se deslocar o foco das condições sócio-econômicas que costumam levar ao rompimento do vínculo conjugal para aspectos das relações afetivo-sexuais na família.

Interpretar arranjos familiares chefiados por mulheres como "famílias desestruturadas" traz implícita a idéia de que o chefe da família tem que ser necessariamente o homem, marido e pai. Perceber outras alternativas para a vida familiar poderia levar, entre outros, ao questionamento da autoridade a ele atribuída, naturalizada pelo sistema patriarcal, protótipo, entre outros, da reprodução do autoritarismo que atravessa as relações sociais no domínio público.

É preciso ressaltar também que esta "adaptação" tem alto custo para algumas mulheres, conforme comenta Barroso (1978), citando estudos que apontam a relação entre depressão aguda e desespero entre as mulheres chefes de família.

Além das precárias condições econômicas que não favorecem a estabilidade conjugal, há outros fatores que contribuem para a efetivação das unidades familiares presididas por mulheres. Alguns autores fazem referência à cultura africana e tam-

bem as instituições ligadas à escravidão (Azevedo, 1966; Woortmann, 1987).

Em comentário anterior, abordei a influência da escravidão na organização familiar devido ao desequilíbrio demográfico e à baixa expectativa de vida dos escravos. Além destes aspectos objetivos, Woortmann (1987) ressalta que mesmo onde havia unidades familiares de escravos, estes poderiam ser o "genitor" mas dificilmente um "pater", pois não podiam exercer autoridade e controle sobre mulher e filhos; o que contribuia para a dominância feminina.

Embora haja estudos que apontem a influência da cultura africana nos arranjos familiares chefiados por mulheres, esta é uma questão polêmica pois, como foi dito acima, estes arranjos ocorrem frequentemente nos estratos mais baixos da população, o que enfatiza seus aspectos sócio-econômicos. Landes (1967) e Woortmann (1987), no entanto, vêem uma homologia entre a "família sagrada" e a "família profana", ambas centradas na "mulher", definida com base na relação mãe-filhos. A "família sagrada" seria paradigma para a "família profana" pois, a participação em grupos de cultos, que são matrifocais, poderia predispor à aceitação da legitimidade de padrões matrifocais a nível da família (Woortmann, 1987, p. 68).

Woortmann ressalta que o

"o grupo de culto, além de ser controlado por mulheres, expressa também um modelo de família ideal, onde os homens desempenham os papéis externos e as mulheres os internos. Mas, trata-se de um modelo, por outro lado, "invertido" [com relação dos padrões dominantes de

organização familiar] pois aqui é a mulher que retém a autoridade. Um modelo, portanto, onde o "ideal" é manipulado para afastar os homens do centro do poder, de forma não menos ambígua que a família "profana" real." (Woortmann, 1987, p. 280)

Seja como for, é preciso refletir sobre os dados destes estudos e inclusive relativizá-los no tocante aos segmentos urbanos que, não necessariamente, têm o grupo de culto afro-baiano como referência cultural.

Os estudos sobre famílias chefiadas por mulheres costumam conduzir a algumas questões, dentre elas à matrifocalidade e à relação entre a família chefiada por mulheres e o modelo ideal de família nuclear.

Estes temas são, em geral, apontados como o que caracteriza a diversidade familiar e serão abordados neste estudo a partir de sua localização nas discussões sobre psicoterapia e diferenças sócio-culturais.

CAPÍTULO III

FAMÍLIA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES PARA A CLÍNICA PSICOTERÁPICA

Toda a discussão sobre diversidade familiar conduzida até aqui é relevante para se pensar a prática psicoterápica realizada nos ambulatórios públicos, pois, neste contexto, observam-se distintos arranjos familiares que assumem as configurações de família nuclear, família de amasiados e família chefiada por mulheres.

Esta discussão põem em cena os pressupostos teóricos que orientam a prática psicoterápica nas instituições públicas, apontando, entre outras, para a difícil distinção entre psicopatologia e diferenças sócio-culturais.

Ao questionar a validade de utilização destes referenciais teóricos, por não levarem em conta as diferenças sócio-culturais, alguns trabalhos (Lo Bianco, 1981; Ropa et alli, 1983; Bezerra Júnior, 1983; Ropa e Duarte, 1985; Costa, 1985, 1988) alertam para o risco de etnocentrismo, para a proliferação de práticas que carecem de fundamentação teórica consistente e para a falta de um referencial teórico adequado para entender e abordar a referida clientela que apresenta características distintas da clientela dos segmentos médios.

Lo Bianco (1981) analisando um projeto de atendimento a indivíduos de segmentos populares confronta os pressupostos teóricos de base psicanalítica, que privilegiam um certo tipo

de relação mãe-filho e de relação conjugal para o futuro desenvolvimento da criança com as diferentes concepções sobre família e infância em classes sociais distintas.

Em outro sentido, Ropa et alli (1983) questiona a aplicação dos modelos de atendimento psicoterápico para grupos sociais que têm um modelo de família predominantemente "holista" em oposição ao modelo "individualista", frequente nas camadas médias. Mostra também que na "construção de pessoa" nas classes trabalhadoras está presente uma demarcação bastante explícita entre papéis masculinos e femininos.

Estas reflexões sobre a família fazem parte de um debate bastante amplo que, desde a década de 70, vem questionando a viabilidade de atendimento psicoterápico, à clientela que frequenta os serviços públicos.

Este problema tem sido abordado por diversos autores em diferentes perspectivas seja privilegiando as características da clientela, do processo psicoterápico ou das estruturas institucionais.

Nestes trabalhos destacam-se os seguintes temas: representação de sofrimento psíquico, nas classes populares (Figueira, 1975; Duarte, 1986; Costa, 1985, 1986, 1988); diferença de código lingüístico entre terapeutas e clientes dos referidos segmentos (Bernstein, 1980 e Nicolaci da Costa, 1981) e relativização da noção de indivíduo em sujeitos de diferentes grupos sociais (Bezerra Júnior, 1983 e Ropa e Duarte, 1985).

Examinando este último tema conclui-se que a noção de

indivíduo não é universal entre os sujeitos mas relativa, sendo uma construção social e histórica, fruto da ideologia do individualismo na sociedade moderna. Esta noção, estudada por Dumont (1968), articula-se com os valores do igualitarismo e de liberdade, define o indivíduo como sendo o "ser moral dotado de características tais como autonomia, liberdade, independência em relação às regras sociais; sujeito normativo das instituições, dotado de um complexo mundo interior no qual reside sua verdade, que orienta sua vida livremente em busca de felicidade pessoal e de exploração de suas potencialidades individuais, repositário de emoções, sentimentos dos quais a solidão e o amor são características etc." (Viveiros de Castro e Araújo, 1977, citado por Bezerra Júnior, 1983).

Bezerra Júnior (1983) e Ropa e Duarte (1985) apontam para a congruência entre o modelo teórico que fundamenta as psicoterapias e a noção de indivíduo dos segmentos médios, enquanto que nos segmentos populares, devido à menor penetração da ideologia do individualismo, há distanciamento em relação aos referidos modelos.

Os citados trabalhos sobre psicoterapia e diferenças sócio-culturais foram comentados por Borges (1987) que constata a heterogeneidade da clientela dos serviços públicos, constituída por dois grandes conjuntos semânticos, um conjunto em que as representações de terapeutas e clientes sobre psicoterapia são congruentes e outro conjunto em que estas representações são discrepantes.

Os trabalhos de Costa (1985, 1986, 1988) têm dado uma

contribuição extremamente significativa, para o estudo e prática da psicoterapia com indivíduos dos segmentos populares, pois além da reflexão sobre as características desta clientela, têm apontado possibilidades de intervenções terapêuticas fundamentadas teoricamente, que levam em conta as diferenças sócio-culturais entre estes indivíduos e os dos segmentos médios.

No presente estudo, em que focalizo a diversidade familiar, considerarei a contribuição destes autores, pois em suas pesquisas referem-se à clientela aqui tomada como parâmetro.

Dando continuidade ao estudo sobre a família brasileira, mais precisamente sobre as unidades chefiadas por mulheres, arranjos freqüentes nos ambulatorios públicos, abordarei o tema matrifocalidade que têm sido apontado como característica destas famílias.

1 - MATRIFOCALIDADE NA FAMÍLIA NUCLEAR E NA FAMÍLIA DE MULHERES

Partirei de duas questões para pensar a matrifocalidade:

- (a) Seria a matrifocalidade característica das famílias chefiadas por mulheres ou estaria também presente nas famílias nucleares?
- (b) A matrifocalidade, nas famílias chefiadas por mulheres está em oposição ao modelo patriarcal?

Consideram-se "famílias matrifocais"

"aquelas em que a mãe é a figura que permanece sempre e que constitui o foco dos laços intrafamiliares, sendo a figura do pai transitória e substituível. Em famílias deste tipo, características das populações urbanas de baixa renda no Brasil, as mulheres são as figuras mais importantes no estabelecimento de suas redes de grupo. São figuras poderosas que representam a lei e a proteção materna ao mesmo tempo." (Zaluar, 1982, p. 179)

Assim como a contribuição de Zaluar (1982), alguns estudos (Azevedo, 1966; Woortmann, 1987), relacionam matrifocalidade com famílias chefiadas por mulheres, enquanto que outros (Freyre, 1951; Aragão, 1983) ressaltam o maternalismo que impregna todo brasileiro de formação patriarcal.

Aragão (1983) faz uma importante distinção entre **matrifocalidade estrutural**, na qual recorta a categoria "esposa-mãe", caracterizada por uma sacralização da mulher, ligada à idéia de abnegação e sacrifício e **matrifocalidade pragmática ou contingencial** (onde situa as famílias chefiadas por mulheres) que seria consequência mais de uma instrumentalidade pragmática do que de um sistema ideológico.

Para Woortmann (1987), no entanto, esta matrifocalidade inclui não só comportamento como também ideologia legitimadora, sendo a "família sagrada" de culto africano uma referência para tal. Em sua análise, ele considera que as mulheres manipulam dois modelos de família, o centrado na mulher e o de família nuclear.

Evetivamente, esta acentuada "centralidade" das mulhe-

res nas famílias matrifocais, ocorre ao mesmo tempo em que se dá o "afastamento" dos homens, pois, na presença destes, a mulher ainda que trabalhe e participe ativamente do orçamento doméstico é vista primordialmente como "esposa e mãe".

Considerando que as organizações familiares não são mutuamente excludentes, mas arranjos circunstanciais, seria possível pensar que a categoria "esposa-mãe" - exercício de um poder invisível, tecido nos bastidores do cotidiano - estaria presente nas unidades chefiadas por mulheres só que expressa sob forma de nostalgia de uniões anteriores ou de expectativas de futuras uniões. Assim, mesmo nestas famílias onde as circunstâncias não permitem efetivar o papel exclusivo de "esposa-mãe" há referências constantes a ele.

Como esta categoria "esposa-mãe" está referida ao modelo patriarcal, penso que a matrifocalidade constitui-se como uma aparente contradição a este modelo, revelando, desse modo, um poder feminino a despeito do sistema patriarcal.

A matrifocalidade não se opõe ao modelo patriarcal, o que pode ser constatado nos discursos relatados na literatura (Salem, 1981; Zaluar, 1982), onde o pai, o marido e o filho se alternam ou se substituem como figuras protetoras, exercendo papéis no espaço público.

Sobre isto, afirma Zaluar (1982)

"Nas famílias chefiadas por mulheres, há uma forte pressão para que o filho se torne o chefe da casa. Esta possibilidade garante ao rapaz um novo status na família e possibilita à mãe retornar a posição usual de trabalhadora intermitente e móvel." (p. 167)

Da mesma forma, Salem (1981) assinala a presença do "filho-eleito" no discurso de mulheres que tiveram a trajetória de vida marcada por sucessivas uniões conjugais.

A história de vida profissional das mulheres que pertencem aos segmentos mais baixos na estratificação social é, em geral, descontínua, caracterizando-se pela alternância entre trabalho e uniões conjugais. Algumas destas mulheres expressam dúvidas entre manter-se no emprego - em geral de domésticas, em que contam com a proteção das "patroas" - e tornarem-se "esposa" e recomeçar todo o ciclo.

A matrifocalidade expressa a distinção (clássica) privado/público (Da Matta, 1987; Woortmann, 1987). Desse modo, a família nos diferentes estratos é "coisa de mulher", o que pode ser constatado pela ênfase no parentesco materno, como também na responsabilidade e cuidado do filho como tarefa de mãe, mesmo quando esta acumula outras atribuições.

O comentário de Da Matta (1987) sintetiza bem, o ponto de vista do presente estudo: "Nada impede que o sistema seja a um só tempo matrifocal e patriarcal desde que se faça referência respectivamente à casa ou à rua e se queira descobrir os nexos entre estes dois espaços de nossa sociedade." (p. 128).

Desse modo, a matrifocalidade está presente também nas famílias nucleares e não só nos arranjos familiares chefiados por mulheres.

Nos segmentos populares, os papéis sociais são mais fortemente demarcados (Ropa et alli, 1983; Woortmann, 1987; Ro-

drigues, 1978), enfatizando-se a maternidade como espaço de auto-realização da mulher. Associado a isto, a mulher se ressentete da ausência masculina, vive-a como "privação" e sobrecarga de papéis. Como em um segmento onde os papéis sociais ligados à diferença de gênero, são tão demarcados poderia haver famílias centradas na mulher?

Pelo acima exposto, vê-se que matrifocalidade não é herança ou expressão de matriarcado mas resultado de ênfase na centralidade da mãe, no espaço privado. Centralidade que é intensificada nas famílias chefiadas por mulheres, arranjos que, embora possam ter referências históricas no passado escravo e na homologia de famílias de culto, resultam de fatores tais como, a instabilidade nas relações conjugais, o desemprego masculino e o receio das mulheres de serem abandonadas por seus parceiros.

A configuração de famílias chefiadas por mulheres pode se reproduzir em diversas gerações, revelando regularidades, podendo constituir-se em arranjos tão operativos, funcionais (Woortmann, 1987, p. 298) quanto outros arranjos familiares. No entanto, encontra-se nas mulheres chefes de família a representação de família nuclear como modelo ideal.

2 - MODELO IDEAL E REALIZAÇÃO FAMILIAR

Diversos estudos (Woortmann, 1987; Salem 1981; Lo Bianco, 1988; Da Matta, 1987, Chauí, 1986; Rodrigues, 1978) mostram que as mulheres chefes de família têm uma representação de

modelo ideal de família nuclear, que costuma ser realizado pelas classes dominantes.

Apontar a presença deste modelo ideal não significa anular as especificidades dos grupos estudados. Se por um lado, constata-se que a família chefiada por mulheres não se opõe ao modelo patriarcal por outro não há dúvida de que é um tipo característico de arranjo familiar, onde, concretamente falando, o homem não está presente regularmente, podendo ser substituído em algumas de suas funções pelas duplas: mãe-avô, mãe-filhos, entre outras. Será que isto não confere uma especificidade, a saber, a de que a família chefiada por mulheres pode ser uma alternativa à organização do tipo nuclear?

Salem (1981) aponta as ambivalências, ambigüidades, e contradições nas representações de mulheres faveladas que, mesmo fazendo parte da força de trabalho, continuam tendo como referência o lar e persistem representando o homem (pai, marido, filho) como o elo de ligação com o mundo extradoméstico. Ressaltando as condições objetivas: dupla jornada, segregação em ocupações marginais, além da forte demarcação masculino / feminino neste estrato, a autora conclui que estas mulheres não vêm no trabalho nem no salário um caráter libertador. Este aspecto foi analisado por Rodrigues (1978) que mostra, também, a distinção na representação sobre remuneração em homens e mulheres, em que estas sentem o pagamento como prêmio porque têm como referência o trabalho doméstico.

Por sua vez, Da Matta (1987) ressalta o aspecto relacional entre tipos distintos de famílias e o modelo dominante.

"que fornece paradigmas fundamentais para toda a população, que pode ou não atualizá-los de modo aberto e concreto." (p. 126)

Enfatiza como o modo de produção pode engendrar esta diversidade, chegando a impedir ou a dificultar esta organização familiar, como ocorreu no período da escravidão e, de certa forma, ocorre nos dias de hoje, entre alguns trabalhadores, notadamente aqueles que residem no local de trabalho, como é o caso da empregada doméstica. Assim, chama atenção para a diversidade complementar e hierárquica dos tipos de famílias. Neste contexto,

"possuir uma família completa então, é um valor no sentido de que revela uma forma de sucesso ou de superioridade social." (p. 130)

Lo Bianco (1988) mostra a relação complementar quanto à "Ideal e Realização" familiares em dois grupos sociais distintos, ambos apontando para o modelo de família patriarcal, sendo que, na classe baixa, encontra-se uma "fixidez" em relação ao ideal de arranjos familiares centrados na família nuclear, enquanto a realização é bastante heterogênea; o que ocorre de forma inversa nas mulheres de classe média, em que há "fixidez" na realização de arranjos familiares do tipo nuclear e uma heterogeneidade quanto ao ideal.

A meu ver a "fixidez" no modelo ideal, apontada por Lo Bianco, decorre tanto de uma expectativa a ser realizada, ligada à idéia de ter "sorte" na vida, ou de tomar como ideal o modelo de família de uma classe mais bem sucedida socialmente, como também de uma experiência em certo momento da trajetória de

vida, pois, como assinala, estas famílias chefiadas por mulheres derivaram de famílias conjugais ou de amasiados. Importante ressaltar que há predominância de arranjos de famílias nucleares também nos estratos mais baixos da população (Azevedo, 1963; Woortmann, 1987) o que contribui para a presença do modelo ideal nas mulheres chefes de família.

Considerando também as precárias condições de vida deste segmento social, a ausência do homem, além de sofrimento afetivo, coloca estas mulheres nos limites da sobrevivência, já que elas não podem contar com as instituições sociais. Estas circunstâncias reforçam a presença do modelo patriarcal, a idéia do homem como "provedor" e "protetor" da mulher e da família, mesmo nas unidades dirigidas por mulheres.

Woortmann (1987) também explicita como se dá a relação entre modelo ideal e os diversos tipos de arranjos familiares. Considerando a penetração dos valores dominantes em todos os estratos da população, o autor afirma que os pobres tiveram que

"desenvolver um sistema normativo próprio que legitima para si mesmo o comportamento adaptativo, mas sem perda do modelo ideal. Pelo contrário, este é logo atualizado sempre que uma mulher logra unir-se a um 'homem de recursos', isto é, quando ela supera a situação de pobreza e realiza a ascensão social." (p. 301)

Com isto, Woortmann mostra que o "modelo adaptativo" é manipulado simultaneamente com o modelo ideal.

Freyre (1987 - 1a. ed., 1933) já havia feito um comentário semelhante sobre este aspecto, quando abordou a constituição da família dos escravos. No entanto, estes comentários não

podem ser vistos fora do contexto de cada autor, pois Freyre enfatiza o "desvio", reafirmando o modelo legítimo, o de família conjugal.

Para Woortmann, trata-se no entanto, de respostas adaptativas que incluem não só comportamento mas também ideologia legitimadora. Ideologia esta que é mantida enquanto persistirem as circunstâncias de pobreza e instabilidade econômica e que é abandonada quando se logra uma mobilidade ascendente (p. 301).

Esta conclusão é problemática, a meu ver, porque ideologias não são descartadas facilmente, ainda mais se se considera que pode haver diversos arranjos familiares na trajetória destes indivíduos. No entanto, ele não assinala os conflitos inerentes a esta alternância que aparecem quando a mulher assume os papéis de mãe, trabalhadora e chefe de família, conflitos que podem ser percebidos nos discursos registrados na literatura sobre o tema (Salem, 1981; Zaluar, 1982).

Chauí (1986), analisando as ambigüidades nas famílias, enfatiza a resistência à ideologia dos modelos dominantes, mostrando que as classes populares se apropriam destes modelos, manipulando-os, recriando-os, reelaborando-os dentro de seu próprio contexto sócio-cultural.

Se por um lado, esta análise ressalta a positividade de tais atos, a busca da liberdade através da resistência ao modelo dominante, por outro, os próprios exemplos, citados pela autora, que revelam a consciência dos entrevistados, mostram também sua impossibilidade de ação, conduzindo ao que ela denomina de "Consciência Trágica":

"consciência que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgride a ordem estabelecida; mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído. Diz sim e diz não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa com a força de lei, do uso e do costume e que parece por seu peso, ter a força de um destino." (Chauí, 1986, p. 178)

Chauí (1986) focalizando discursos de mulheres que têm uma vivência paradoxal em relação à distribuição de papéis sexuais, mostra como estas mulheres têm plena consciência da situação social em que vivem. A análise das contradições e ambigüidades em relação ao que é "ser homem" e "ser mulher" na sociedade brasileira é realizada por Chauí em termos de conflitos sociais.

Resta-me neste ponto enfatizar que o presente estudo quer pensar toda esta problemática que conduz aos conflitos sociais acima mencionados tendo em vista os sujeitos que procuram atendimento psicológico para si ou para um membro de sua família em uma instituição pública. Considero que não se pode lançar mão diretamente desta explicação sem levar em conta ou sem apontar as questões conceituais que servem de intermediadoras entre estes conflitos sociais e sua expressão no âmbito propriamente psíquico.

Antes, porém de considerar a dimensão psicológica, tentarei situar estes conflitos sociais a partir da diferença de gêneros, uma vez que é do ponto de vista das mulheres chefes de família que estou focalizando esta questão.

3 - CONFLITOS DE PAPEIS SOCIAIS E DIFERENÇA DE GÊNERO

A identidade de gênero é marcada pela distinção masculino/feminino. Para Romani (1982), estes são

"conceitos que, partindo de uma caracterização biológica definem-se pela asseguuração de papéis sociais, representações e expectativas de comportamento. Resultantes de uma retradução cultural do biológico, tais conceitos situam-se fundamentalmente no campo simbólico, definindo-se por finalidades opostas atribuídas ao homem e à mulher." (p. 65)

Enfatizando a construção social das identidades em oposição às concepções essencialistas de natureza humana, a autora aponta que a diferença de gêneros se efetiva mediante a realização de papéis sociais (ver Nota 3).

Alguns estudos têm assinalado as transformações sócio-históricas pelas quais tem passado a família, entre estas, as que se referem aos papéis sociais ligados à diferença de gênero, a partir da distinção público/privado. Muitos fatores contribuíram para a mudança na divisão sexual do trabalho. Sobre este tema, são esclarecedores os estudos de Luz (1982) e Durham (1983), aos quais remeto o leitor.

Pode-se ter quase como certo, sem necessidade de muita comprovação, que as mudanças sociais têm conduzido as mulheres a participarem mais ativamente do mercado de trabalho.

No entanto, observa-se que, paralelamente a estas mudanças, persiste uma distribuição de papéis que pode ser chamada de "tradicional". Esta divisão de papéis, que se assenta na

diferença de gênero, contribuí para que se reconheça um problema que é o da "dupla jornada" para as mulheres. Isto ocorre por que não há remanejamento de papéis entre os cônjuges, restando à mulher dividir as atribuições domésticas com as filhas e outros parentes (nos segmentos pobres) ou com empregados (nos segmentos médios).

Estas mudanças têm atingido diferentemente os segmentos médios e os segmentos populares, pois o raciocínio de igualdade entre os sexos não é compartilhado por todos os grupos sociais, variando de acordo com a maior ou menor penetração da "ideologia do individualismo" (Franchetto et alli, 1981), diferença anteriormente comentada.

É verdade que, nos segmentos pobres, as mulheres vêm, há muito tempo, realizando atividades geradoras de renda, algumas no próprio espaço doméstico, outras trabalhando fora como empregadas domésticas, operárias, comerciárias, etc,...

Embora esta prática venha ocorrendo há várias gerações neste segmento persiste o modelo de socialização que distingue os papéis sociais pelo sexo, como mostram os estudos empreendidos por Woortmann (1987) e Ropa et alli (1983).

Woortmann (1987) assinala a distinção entre papéis na família a partir do sexo dos cônjuges:

"É necessário enfatizar que o marido - chefe é o pai porque é do sexo masculino." (p. 65).

Do mesmo modo que outros autores (Salem, 1981; Ropa et

alli, 1983; Da Matta, 1987), Woortmann (1987) mostra que a hierarquia entre os papéis na família está referida à distinção público/privado. Desse modo, o trabalho feminino permanece como um papel subordinado devido à ideologia que o define como "propriedade" do marido, com base em seu papel de provedor de renda, desconsiderando-se assim, a produção advinda do trabalho feminino.

Muitos trabalhos abordam estas questões, mas para o objetivo deste estudo considero suficientes as contribuições aqui comentadas.

Ropa et alli (1983), que focaliza a construção da pessoa nas classes trabalhadoras aponta para a forte demarcação de papéis entre os sexos desde a infância, para a diferença entre meninos e meninas, de forma tal que se

"preserva a menina e que se estimula o menino a ampliar seus contatos com o mundo externo." (p. 8)

Usualmente, nas famílias nucleares, a diferença, na educação de meninos e meninas distingue brincadeiras e comportamentos sociais. Enfatiza-se nas meninas a reprodução do papel da mulher na família, isto é, o de dona-de-casa e mãe; sendo comum que as meninas desde cedo participem das atividades domésticas, ajudando e às vezes, substituindo a mãe nas tarefas de lavar, cozinhar e também nos cuidados dispensados às crianças menores. Enquanto os meninos são orientados pelo pai, participando de algumas atividades como conserto na casa e reparo de pequenos objetos.

Portanto, no processo de socialização das crianças, como assinala Ropa et alli (1983) demarcam-se os papéis a serem realizados quando estas se tornarem adultas. Esta distinção, baseada na diferença de gênero é seguida de qualificativos como "próprio" e "impróprio" (Woortmann, 1987, p. 90) para o homem ou para a mulher, ligados à idéia de masculinidade e de feminilidade, conforme assinala Woortmann (1987):

"Mulheres que trabalham não ameaçam apenas o status social dos maridos, ameaçam igualmente sua masculinidade - um marido que não consegue manter sua mulher em casa não é 'macho bastante'. Ademais, quem poderá saber o que ela estará fazendo longe de casa?" (p. 92)

A referência a "ser macho" também é utilizada para explicar a recusa do homem a participar de certas tarefas domésticas.

Esta demarcação de papéis não é aceita pelas meninas/mulheres sem ambivalência, de acordo com Ropa et alli (1983), Negreiros (1988) e Woortmann (1987). Este último, analisando dados de sua pesquisa, comenta que, embora a maioria das mulheres tivessem discordado de que a melhor profissão para a mulher é a de ser dona-de-casa, ao mesmo tempo revelaram concepções ditas "tradicionalistas", relativas à "natureza da mulher", afirmando, por exemplo, que a mulher nasceu para ser mãe e dona-de-casa (Woortmann, 1987, p. 103).

Os conflitos surgem quando a mulher e o homem não conseguem realizar os papéis previstos durante o processo de socialização. Nos segmentos pobres, nem sempre o homem consegue ser o "provedor" da família, devido a fortes pressões do mercado de trabalho, ele vê-se periodicamente na condição de "desemprega-

do", o que dificulta e, às vezes, impede a realização do papel de marido - pai, sendo este um dos motivos da freqüente deserção masculina entre os pobres (Woortmann, 1987, p. 59).

Já as mulheres vivem este conflito de papéis ao terem que se deslocar para o espaço público, que está associado ao lugar do homem na sociedade, pois o processo de socialização destas mulheres orientou-as no sentido de "evitar a rua" (Woortmann, 1987, p. 92).

Mesmo após "trabalhar fora" durante alguns anos, a mulher tem expectativas de retornar ao lar, tão logo possa ser substituída por um companheiro ou por um filho, restabelecendo-se assim, o modelo de distribuição de papéis de acordo com a diferença de gênero.

Exatamente porque são bem demarcados os espaços, aos quais correspondem estes papéis, é que surgem os conflitos quando a mulher precisa "trabalhar fora", isto é, quando passa a circular no espaço da rua.

Estes conflitos são caracterizados diferentemente pelas mulheres dos segmentos pobres e pelas mulheres dos segmentos médios. As primeiras, embora estejam há mais tempo "trabalhando fora", em geral, têm uma trajetória profissional descontínua e relacionada com as necessidades materiais do grupo familiar. Já as mulheres pertencentes aos segmentos médios estão há menos tempo inseridas no mercado de trabalho e sua participação está permeada de valores de igualdade entre os sexos, em que o trabalho pode significar projeto de realização pessoal.

Pelo acima exposto, nota-se que a distinção entre masculino e feminino é modulada pelo contexto sócio-cultural a que pertencem os indivíduos, sendo as fronteiras entre as identidades de gênero mais fortemente demarcadas nos segmentos populares onde persiste, de forma explícita, a hierarquização entre o homem e a mulher.

4 - CONFLITO PSICOLÓGICO: "SER MULHER" NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

A passagem de conflito social a conflito psicológico é mencionada em alguns trabalhos que, ressaltando a influência de aspectos da realidade social na estrutura psíquica, em geral, utilizam uma perspectiva mecanicista. Explicitar os processos e estruturas envolvidos nesta passagem é tarefa complexa que para ser realizada demanda um estudo específico, que não poderia empreender neste momento.

Com o cuidado que a complexidade do assunto exige, apresentarei, como ponto de partida, a questão de como conflitos relacionados a papéis sociais, demarcados a partir da diferença de gênero, podem se configurar como conflitos psicológicos. É claro que estes conflitos podem ser vividos por indivíduos do sexo masculino e feminino, nos diversos arranjos familiares. Porém, como estou focalizando aqui famílias chefiadas por mulheres, privilegiarei conflitos na chamada identidade feminina.

Rodrigues (1978) aponta a ambigüidade de certos comportamentos e atitudes de mulheres que trabalham fora relacionan-

do-a com o risco de se apropriarem de "atributos masculinos" (p. 129).

Com isto, a autora está se referindo ao fato de que as mulheres por ela entrevistadas além de não ressaltarem sua participação como profissionais, satisfaziam-se com qualquer remuneração pelo trabalho realizado, já que tinham como parâmetro as atividades domésticas pelas quais não recebiam remuneração.

Assim, exercer uma atividade profissional e receber pagamento por este trabalho são elementos que dizem respeito ao que se denomina de identidade masculina, pois é tarefa do homem obter renda para sustentar a família. De acordo com as observações de Rodrigues, as mulheres, ao lidarem com estes elementos, sentiam-se como que se apropriando de atributos masculinos.

No entanto, no relato destas mulheres pode-se reconhecer a presença tanto da determinação de gênero como da determinação de classe, pois o tipo de socialização predominante nos segmentos populares, como já assinalai, estabelece fronteiras nítidas na maneira como é vista a diferença de gênero.

Nesse sentido, Negreiros (1988) estudando a relação mãe-filha, em moradoras da Favela do Vidigal (RJ), assinala a idealização por parte das adolescentes que revelavam expectativas de realizarem uma trajetória de vida diferente da de suas mães, percebidas como "doadoras sacrificadas". Outro aspecto observado por esta autora foi o da complexidade no movimento de separação mãe-filha, já que esta última é investida de um papel adulto de substituta da mãe, o que interfere na realização

de seus projetos de vida. No entanto, é importante frisar que embora não se possa identificar como problemáticas, de um ponto de vista psicológico, as relações familiares assim estabelecidas, há, ao mesmo tempo, registro de relatos na literatura (Salem, 1981) sobre estas experiências como tendo sido frequentemente vividas como desagradáveis, o que pode ser notado nos comentários sobre não "ter tido infância ou mocidade". Portanto, é preciso olhar detidamente para estas situações, com o objetivo de distinguir psicopatologia de diferenças sócio-culturais.

Esta distinção torna-se necessária em diversas situações; focalizarei, como exemplo, a questão de "não-igualdade entre os pares (cônjuges)", que é uma característica das famílias nucleares, que aparece de forma mais explícita naquelas que pertencem aos segmentos populares. Ainda que algumas mulheres queixem-se desta delimitação de papéis hierarquicamente estabelecida, ao mesmo tempo, reconhecem-na como "natural", devido, claramente, ao tipo de socialização que vivenciaram. A representação de "não-igualdade entre os pares" também foi reconhecida em mulheres chefes de família, aspecto já analisado, pois estas esperam "proteção" da família de origem ou de um possível companheiro.

A um profissional psi não familiarizado com estas observações e estudos sobre as diferenças sócio-culturais, esta "não igualdade" entre os cônjuges ou entre a mulher chefe de família e seus parentes, pode levar a pensar numa relação de dependência quando pode estar sendo expressa, ao invés, uma determinada forma de relação entre indivíduos de um dado segmento social.

Resta explicar, no entanto, como conflitos ligados à diferença de gênero e ao que estou chamando de identidade feminina podem se transformar em conflitos psicológicos.

Neste sentido é que se torna fundamental citar e comentar algumas das contribuições de Costa (1985, 1986, 1988) que elaborou um esquema conceitual o qual, a meu ver, facilita a apresentação da questão que vem sendo desenvolvida ao longo deste estudo. Sem pretender refazer o percurso realizado pelo citado autor, correndo o risco de transpor indevidamente suas conclusões, nelas baseio-me, entretanto, como o ponto de apoio para pensar o conflito vivido, por algumas mulheres chefes de família. Costa (1985), focalizando o campo das práticas psicoterápicas institucionais, cuja clientela pertence aos segmentos pobres da população, e tendo como um dos pressupostos a não universalidade da noção de indivíduo, desenvolve um modelo explicativo que situa a "doença dos nervos", frequentemente referida por esta clientela, como um conflito psicológico na identidade psicológica destes sujeitos. Segundo este autor:

"A identidade é tudo aquilo que o sujeito experiencia como sendo eu, por oposição aquilo que experiencia como não-eu. Esta experiência não é uniforme e resulta de vários sistemas de representações (imagens, idéias, enunciados) que correspondem ao modo como o sujeito atrela-se ao universo sócio-cultural." (p. 17)

Assim sendo, o conflito subjetivo ou psicológico caracteriza-se por ser um conflito do sujeito com o eu e que surge quando há contradições dentro de um determinado sistema ou entre sistemas de identidades.

Quando este conflito atinge a área da identidade psicológica, que é percebida pelo sujeito como o substrato comum entre ele e todos os outros sujeitos (1986, p. 4), intensifica-se a consciência que o sujeito tem do desvio da normalidade e este passa a ser vivido como "doença", pois, o sujeito vivencia a norma da identidade psicológica, fixada historicamente, como universal e natural.

Prosseguindo sua análise sobre o conflito subjetivo, Costa (1985) explicita o conceito de identidade psicológica, ressaltando sua contextualização sócio-cultural:

"A identidade psicológica, em nossa cultura, é formada por representações em torno de dois eixos: o eixo da diferença de sexos e o eixo da diferença de gerações." (1985, p. 18)

Costa assinala que, especialmente, entre os sujeitos do sexo masculino dos segmentos populares, as representações da identidade social de "ser trabalhador" podem ser vividas como também constitutivas da identidade psicológica, isto é,

"'ser trabalhador' é condição de possibilidade de ter filhos, mulher e ser feliz. Não poder trabalhar é não poder ser." (Costa, 1985, p. 28)

Neste contexto, a identidade "ser trabalhador" seria uma faceta do ego, ancorada no universo sócio-cultural do sujeito, que a investe narcisicamente e através da qual reconhece e é reconhecido por seus pares. Desse modo, o conflito psicológico expresso por estes indivíduos, sob a forma de "doença

dos nervos", por exemplo, pode revelar as frustradas tentativas de realização do ideal de "ser trabalhador". Esta impossibilidade de realização de papéis sociais pode ser vivida como "fracasso pessoal".

O argumento desenvolvido por Costa é bem mais rico e complexo, mas acredito ter apontado as bases principais para abordar a questão que é "ser mulher, nas famílias chefiadas por mulheres".

Assim como os homens vivem a opressão social no trabalho assalariado, as mulheres vivem-na em relação às atribuições domésticas. Trata-se de opressão social, pois implica na realização obrigatória de atividades repetitivas, não-remuneradas e socialmente desqualificadas, isto é, não reconhecidas como trabalho, pois são vistas como não-geradoras de renda. Acerca deste tópico ver os estudos de Machado Neto (1984) e Aguiar (1984).

Pode-se dizer que as mulheres, ao se referirem a "doença dos nervos", estejam expressando tanto esta opressão social como também a impossibilidade de realizar satisfatoriamente o papel feminino, como aparece, por exemplo nos relatos de mulheres que se vêem na contingência de serem chefes de família (Salem, 1981).

Neste sentido, é esclarecedor o comentário de Costa (1988) que, apesar de não se deter na análise da chamada identidade feminina, refere-se à realização de papéis femininos, afirmando:

"Observamos que a questão do papel feminino ou das 'obrigações femininas' para com marido e filhos também se refletia na expressão 'doença dos Nervos'." (p. 59)

Se, como afirma Costa, a identidade social de "ser trabalhador" é vivida pelos sujeitos do sexo masculino como também definidora do eu, como seria no caso de sujeitos do sexo feminino? Pelo que foi comentado até aqui os papéis femininos, de "esposa, mãe e dona-de-casa", parecem ser equivalentes ao papel masculino de "ser trabalhador", na constituição da identidade psicológica das mulheres. Resta perguntar que conflitos vivem as mulheres chefes de família, neste contexto? É o que tentarei responder mais adiante a partir da análise de entrevistas clínicas realizadas com mulheres chefes de família em um ambulatório.

Sintetizando, famílias chefiadas por mulheres são "arranjos circunstanciais", transitórios, que podem ter a configuração modificada ao longo de sua trajetória assumindo a forma de família de amasiados ou de família nuclear. A matrifocalidade nos arranjos chefiados por mulheres, embora possa ter como referência legitimadora a cultura afro-baiana, resulta de fatores circunstanciais, podendo ser notada também a persistência da representação de modelo ideal de família.

Estas observações podem conduzir a dois pontos de vista na situação clínica, a saber:

- (a) Que esta diversidade nos arranjos familiares não se constitui em uma questão, pois as mulheres chefes de família têm a representação de modelo ideal de família nuclear, paradigma

ma dos modelos teóricos que orientam a prática psicoterápica e a resolução de conflitos.

- (b) Que a diversidade familiar se constitui em fator de complexificação, na situação clínica, na medida em que as mulheres chefes de família têm a representação de modelo ideal de família nuclear, paralelamente aos referidos "arranjos circunstanciais", o que torna mais intrincado o entendimento que se pode ter dos conflitos que porventura nelas apareçam.

Este estudo, que tem como referência esta segunda perspectiva, pretende ver como esta questão da composição familiar, em unidades chefiadas por mulheres, pode ser tematizada na situação clínica. Com este propósito, serão analisadas entrevistas clínicas realizadas com mãe e/ou avós, de famílias chefiadas por mulheres, que solicitaram atendimento psicológico para um dos filhos em um ambulatório público.

CAPÍTULO IV

M E T O D O L O G I A

Este estudo tem a finalidade de abordar a diversidade familiar na situação clínica, através da análise de entrevistas com mulheres chefes de família, que revelam como os arranjos familiares podem complexificar o entendimento de seus conflitos psicológicos.

1 - CONTEXTO DO ESTUDO

1.1 - Local

Os dados analisados neste estudo provêm da clientela que frequenta o ambulatório de Psicologia que integra o PAM - Jacarepaguá, Unidade do INAMPS onde trabalho.

O PAM fica localizado entre a Praça Seca e o Morro de São José em Jacarepaguá, área residencial onde há uma concentração de conjuntos habitacionais de empregados civis e funcionários militares. (Ver nota 4).

Este posto destina-se à assistência da população local da AP₄ (Área Programática 4, do Projeto de Regionalização da Assistência Médica no Rio de Janeiro) que abrange a área da Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio e Vargem Grande.

Neste PAM, a psicóloga dispõe de uma dentre as 20 sa-

las de um ambulatório geral, onde se realizam atendimentos médicos de diversas especialidades, tais como: pediatria, clínica médica, psiquiatria, dermatologia, ginecologia e cardiologia.

Os profissionais desta Unidade, médicos e assistentes sociais, encaminham clientes para atendimento psicológico e solicitam contatos para esclarecimentos sobre alguns casos. Os profissionais, em geral, atuam paralelamente mas há trabalhos realizados por equipes multiprofissionais, sendo as anotações assentadas em um prontuário comum.

Uma das peculiaridades deste ambulatório é a concentração de serviços pediátricos, o que leva à circulação permanente de famílias e crianças, que constituem a grande parte da clientela atendida.

Além dos encaminhamentos realizados pelos profissionais do PAM, há clientes que chegam à psicóloga espontaneamente através de vizinhos, amigos, outros segurados ou através de encaminhamentos de especialistas, em geral, médicos, assistentes sociais, professores e religiosos.

Este contato inicial ocorre diretamente com a psicóloga que procura adequar sua disponibilidade à conveniência do cliente, marcando assim a primeira consulta.

Nesta Unidade atua apenas uma psicóloga, o que dificulta o acesso da clientela a este serviço, bem como a participação do profissional nos Projetos realizados pelas equipes de trabalho.

Neste posto, a função exercida pela psicóloga é basicamente clínica, pois realiza psicodiagnóstico, psicoterapia de família e de grupo, além de acompanhar alguns pacientes infantis, na enfermaria da U.T.P. (Unidade de Terapêutica Pediátrica).

O interesse em realizar este estudo neste ambulatório deve-se ao fato de nele estar trabalhando há 4 anos, com uma clientela que, devido a sua inserção sócio-cultural, frequentemente faz com que seja necessário refletir sobre os modelos teóricos que orientam a prática psicoterápica. Desde então, tenho tido oportunidade de observar situações e anotar impressões que inspiraram este estudo.

A diversidade familiar destacou-se como interesse de investigação, pois constituía-se como questão relevante na clínica, desde o momento das consultas iniciais. Ao solicitar a presença do responsável, distintos arranjos familiares se apresentavam, por vezes com fronteiras bem flexíveis, destacando-se a presença de avós, tias e irmãs como acompanhantes das crianças paralela e simultaneamente à presença da mãe, enquanto outras unidades familiares apresentavam a configuração de família nuclear.

1.2 - População — Clientela do PAM

Apesar de este PAM estar destinado ao atendimento da população pertencente à AP₄, na prática, atende clientela mais ampla que se desloca de bairros próximos, da Zona Norte e da

Baixada Fluminense. Isto está relacionado com a falta de recursos institucionais nestas áreas e também com a imagem desta unidade assistencial que, segundo os clientes, oferece bom padrão de atendimento, em se tratando de uma instituição pública.

O perfil da clientela é formado por segurados e seus dependentes sendo menos frequente o atendimento de indivíduos não previdenciários, até porque estes desconhecem seu direito à assistência médica no INAMPS.

Esta clientela é bem heterogênea. Uma parte é constituída por indivíduos pertencentes aos segmentos mais baixos na estratificação social, que moram em barracos ou casas de alvenaria, localizadas em favelas; seu poder aquisitivo é baixíssimo e em geral trabalham na área de construção civil e de prestação de serviços (e.g. faxineiro, servente, empregada doméstica). Uma segunda parte é formada por indivíduos pertencentes ao segmento médio-baixo que moram em casa própria e/ou alugada de alvenaria, em geral, construída em terreno comum com outros parentes e trabalham como operários, comerciários, etc. ... Há também indivíduos pertencentes aos segmentos médios que residem em apartamentos de conjuntos habitacionais ou casa própria de alvenaria, que exercem as funções de professores, funcionários burocráticos, pequenos comerciantes e que, em geral, têm escolaridade de segundo grau ou nível universitário.

— Sujeitos

Recorte estudado: Como foi dito anteriormente, neste ambulatório, há grande demanda de atendimento psicológico para

crianças que vêm à consulta por decisão da família.

Foram entrevistados pais e/ou seus substitutos, visto ser no discurso destes adultos sobre a criança que se evidenciam as questões relativas à diversidade na composição familiar, discurso este que expressa também a dinâmica familiar, onde se insere o sintoma que mobiliza a família.

Tendo em vista a vasta riqueza de dados que a clínica oferece, impôs-se a necessidade de se estabelecerem recortes, a partir da situação. Assim, delimitei como primeiro recorte, que o objeto de estudo seriam as entrevistas iniciais realizadas com os pais e/ou substitutos durante o processo de psicodiagnóstico, no período de abril a junho de 1988.

Realizadas estas entrevistas, listei nome, idade e composição das famílias atendidas.

Devido à quantidade de dados e aos objetivos deste estudo, um segundo recorte foi feito. Das 21 famílias entrevistadas, 6 foram selecionadas para fins de análise dos dados, por serem famílias chefiadas por mulheres, perfazendo um total de 18 entrevistas.

Este foi o grupo escolhido devido ao interesse em investigar como se organizam os papéis e funções nestas unidades familiares. Estes arranjos familiares têm sido estudados a partir de uma perspectiva sociológica e antropológica. Um dos objetivos deste estudo é o de

descrever as características destas unidades familiares em uma situação clínica.

O grupo de sujeitos é formado por mães e/ou avós destas famílias chefiadas por mulheres e por um pai que, apesar de não morar com a família, compareceu a somente uma das entrevistas, não retornando posteriormente.

Caracterização das famílias: Estas famílias residem no bairro de Jacarepaguã, algumas mais próximas do centro e outras em locais mais afastados, tendo dificuldades para se deslocar, pois os transportes, na área, são precários.

Algumas destas famílias moram em casas de alvenaria bastante simples, sem acabamentos, compostas de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, outras residem em pequenos apartamentos financiados pelo BNH e apenas, uma vive em apartamento próprio, construído em terreno de propriedade dos pais.

Somente esta família tem renda mensal em torno de dez salários mínimos, composta de salário da mãe e pensão alimentícia dos filhos, paga pelo ex-marido. As demais percebem em torno de três salários mínimos.

Em geral, o pai não contribui para o sustento dos filhos. Há, no entanto, um pai que colabora ainda que de modo irregular, com uma quantia em torno de um salário mínimo. Uma das famílias é mantida parcialmente por pensão, que a mãe viúva recebe.

A renda familiar é de certo modo, flutuante na maioria das famílias, dependendo de salário complementar obtido com vendas e gorjetas. Nota-se que paralelamente ao trabalho fixo, frequentemente, as mulheres vendem roupas, cosméticos e outros produtos para aumentarem a renda familiar. Em geral, este tipo de atividade já funcionava como complemento do salário do marido, permanecendo como renda secundária quando a mulher passa a trabalhar fora, em decorrência da ausência deste.

A ocupação profissional das mães concentra-se na área de prestação de serviços, tais como, arrumadeira, faxineira, me rendeira, havendo uma que trabalha como auxiliar de contabilidade e outra que trabalha como professora, há alguns anos.

Somente duas avós exercem no momento atividade profissional remunerada uma como doceira e outra como cabelereira. As demais têm atribuições ligadas à família. Com exceção de uma, as avós haviam contribuído para o sustento de suas famílias atuando como cabelereira, lavadeira, doceira e costureira, no próprio local de residência, desenvolvendo assim, uma atividade doméstica geradora de renda. Estas avós consideram-se donas-de-casa que trabalharam para ajudar o marido ou que, na ausência deste, haviam conseguido exercer uma atividade lucrativa sem sair de casa, conciliando desta forma o trabalho com as atribuições de mãe e dona-de-casa.

No momento das entrevistas, uma das funções da avó é o cuidado de alguns netos, daqueles cujas mães trabalham fora. Em geral, cuidam também dos afazeres domésticos.

Apenas duas das avós residem com o marido, as demais são viúvas ou separadas há alguns anos e residem com filhos solteiros, netos e eventualmente com as filhas separadas ou viúvas.

A escolaridade destas mães varia: há mães que interromperam os estudos na 3a. série e há uma mãe com nível universitário, formada em Letras. No entanto, a escolaridade média fica em torno da 4a. série. As avós, com exceção de uma, que tem a 5a. série, são analfabetas.

As crianças destas famílias que foram atendidas são, em sua maioria, do sexo masculino, sendo apenas uma do sexo feminino, situam-se na faixa etária entre 7 e 9 anos, havendo, no entanto, uma criança com 3 anos e 10 meses. Com exceção desta última, todas frequentam escola e explicadora, prática comum neste segmento social. A explicadora é um recurso difundido em diversos bairros e utilizado pelas famílias para que as crianças possam acompanhar o sistema oficial de ensino. A função da explicadora é ensinar os trabalhos de casa e tirar as dúvidas que surgirem na escola. Portanto, este agente social tem a função de "traduzir" os ensinamentos da escola oficial para as crianças que, em geral, são marginalizadas pelo código lingüístico utilizado nas instituições de ensino.

A criança comparece diariamente à explicadora, em geral, por um período de duas horas; este sistema paralelo e contínuo de ensino durante as greves na escola oficial, tem funcionado como o ponto de referência escolar das crianças. Além disso, a explicadora tem a função de orientar e cuidar da criança durante um período do dia.

Assim, as mães ocupam as crianças por mais duas horas, além do período escolar, restringem seu tempo livre e podem delegar os cuidados em relação à criança a outras pessoas.

Para as mães em questão, que trabalham longas jornadas e têm baixa escolaridade, a explicadora é um expediente produtivo e até necessário. De qualquer modo é interessante notar a difusão desta prática.

As crianças apresentavam bom desempenho escolar, com exceção de duas que apresentavam dificuldade de aprendizagem. Nenhuma destas crianças exerce atividade remunerada e o discurso da família enfatiza a importância da escolarização. Estas crianças são filhos únicos ou têm apenas um irmão.

2 - MÉTODO

Tendo em vista ser este um "estudo exploratório" (Seltiz, 1967) sua finalidade é descrever o fenômeno e o contexto em que ele surge, apontar relações entre elementos e fornecer subsídios para o lançamento de hipóteses.

Utilizou-se o método indutivo, através da técnica de análise qualitativa de entrevistas clínicas que, de acordo com Bardin (1977)

"permite sugerir possíveis relações entre um índice de mensagem e uma ou mais variáveis do locutor (ou situação de comunicação)." (p. 115)

A análise qualitativa é um procedimento da análise de conteúdo que procura identificar os significados das mensagens relativas às suas condições de produção e recepção. O critério de categorização adotado foi o semântico, isto é, do discurso foram retirados comentários - "núcleos de sentido" - relacionados com os temas que orientaram a realização das entrevistas ou que surgiram a partir da leitura dos relatos, constituindo, assim, nove itens ou sub-temas.

Por saber que a questão abordada neste estudo o situa em um campo complexo, onde fica extremamente difícil distinguir variáveis sociais e psicológicas, o uso da técnica de análise qualitativa mostra-se como a mais rica e adequada para a descrição das variáveis presentes na situação, ainda que estes sejam passos iniciais para apontar a presença do social no idiossincrático.

3 - COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos a partir de entrevistas realizadas com os pais e/ou substitutos, no período de abril a junho de 1988, em uma sala do ambulatório, pela psicóloga que habitualmente atende a clientela da qual os sujeitos fazem parte.

A técnica utilizada foi a entrevista clínica semidirigida que, de acordo com Ocampo e Arzeno et alli (1976) se caracteriza pelo fato:

"de o paciente ter liberdade para expor seus problemas começando por onde preferir e incluindo aquilo que deseja. Quer dizer, que permite que o campo psicológico configurado pelo entrevistador e pelo paciente se estruture em função de vetores apontados por este último." (Ocampo e Arzeno et alii, p. 23)

Assim, o entrevistador acompanhava o discurso do entrevistado, solicitando-lhe que discorresse mais sobre este ou aquele tema, introduzindo perguntas sem, no entanto, ater-se a uma ordem pré-estabelecida. Segundo Ocampo e Arzeno et alii (1976), o entrevistador intervém, apontando

"lacunas de informações, contradições, ambigüidades e verbalizações 'obscuras' no discurso do entrevistado." (p. 23)

O material analisado neste estudo foi retirado das entrevistas iniciais realizadas com os pais e/ou substitutos durante o processo de psicodiagnóstico, que era constituído pelas seguintes etapas: entrevista inicial com a criança e os pais, entrevista(s) com os pais e/ou substitutos, avaliação da criança, entrevista de devolução com a criança e os pais.

Ocampo e Arzeno et alii (1976) ao caracterizarem o processo psicodiagnóstico, afirmam que:

"Institucionalmente o processo psicodiagnóstico configura uma situação com papéis bem definidos e com um contrato no qual uma pessoa (paciente) pede que lhe ajude e outra (psicólogo) aceita o pedido e se compromete a satisfazê-la na medida de suas possibilidades. É uma situação bipessoal (psicólogo-paciente ou grupo familiar), de duração limitada, cujo objetivo é conseguir uma descrição e compreensão o mais profunda e completa que seja factível da personalidade total do paciente ou do grupo familiar." (p. 18)

Assim, o objetivo do processo psicodiagnóstico é a descrição e compreensão dinâmica do caso para verificar a pertinência ou não da solicitação de atendimento psicológico para a criança levada à consulta pela família. No final do processo, se for preciso, recomenda-se psicoterapia para a criança, para o grupo familiar, ou para ambos.

Importante enfatizar que o processo psicodiagnóstico não foi interrompido para que se realizasse apenas as entrevistas com os pais e/ou substitutos. Ao abordar os dados clínicos, considerei o contexto onde foram obtidos, isto é, a situação clínica, no momento da procura de atendimento psicológico, mantendo assim, o procedimento técnico habitual.

Não se trata, portanto, de um desvio da situação clínica mas de apontar, no contato paciente - terapeuta, como é que se pode levar em consideração dados que são aparentemente apenas sociológicos, mas que na verdade constituem parte integrante da problemática propriamente psicológica e que são frequentemente apresentados ao psicólogo.

A intenção não era utilizar um referencial sociológico ou antropológico para análise de entrevistas clínicas, mas sim, examinar como os aspectos ressaltados em trabalhos sobre famílias chefiadas por mulheres podem ser identificados na situação clínica e não constituírem apenas uma moldura externa à compreensão psicodinâmica de um determinado caso clínico, pois o indivíduo se constitui e está inserido em um determinado universo sócio-cultural.

Em outras palavras, trata-se de uma forma de abordar e pensar a clínica em um dado contexto social, que leve em conta as características da clientela que frequenta as instituições públicas e que considere também os trabalhos realizados e publicados sobre psicoterapia e diferenças sócio-culturais, na realidade brasileira.

Assim sendo, pretendo apontar questões que possam servir de subsídios para o desenvolvimento de instrumentos que, não desconhecendo a complexidade da situação, utilizem estas informações que, ou têm servido para questionar a prática clínica, apontando sua inviabilidade junto a esta clientela ou não têm sido consideradas, pois estas diferenças sócio-culturais são vistas como secundárias.

Desse modo, o objetivo da utilização de entrevistas clínicas, da abordagem dos dados tais como estes se oferecem é o de evitar que se caia nos esquemas ingenuamente universalizantes que, em nome de manter o "rigor" da teoria e da prática psicoterápica, desconsideram as diferenças que se impõem ao profissional. Gostaria de assinalar, portanto, a importância de se contextualizar o processo psicodiagnóstico, pois é quando se decide se haverá ou não o atendimento psicológico solicitado pela família.

Com esta finalidade, optou-se por um roteiro de entrevistas que incluía os seguintes temas:

- Esclarecimentos sobre o motivo da consulta.
- História de vida da criança.

- História familiar.
- Composição e trajetória familiar

A presença deste último tema baseou-se em observações anteriores na prática clínica, onde se registrou a presença de arranjos familiares distintos na clientela atendida.

Ao marcar a entrevista com a família, a psicóloga solicitava a presença dos adultos que lidavam diretamente com a criança. No entanto, à primeira consulta comparecia apenas um dos adultos, mais frequentemente a mãe. Atendendo a outra solicitação, comparecia então o casal de pais, no caso de famílias nucleares e avô e/ou mãe, no caso de famílias chefiadas por mulheres.

O número de entrevistas iniciais com os pais e/ou substitutos não foi constante, variando de duas a quatro, devido à necessidade de se obter alguns dados complementares e sobretudo devido à necessidade de contato com outros membros da família, como por exemplo as avós, que tinham participação ativa na vida da criança.

No final das entrevistas, preenchia-se uma ficha de identificação com dados pessoais e sócio-econômicos da família, da qual constavam nome, idade, profissão, escolaridade, renda familiar e local de residência.

Estas entrevistas foram registradas pela psicóloga, que anotou os dados na presença dos sujeitos.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados das entrevistas foram analisadas qualitativamente. Em primeiro lugar, foi realizada uma síntese de cada caso clínico baseada no roteiro que orientou as entrevistas e cujos temas deram origem a sub-temas iniciais que foram, por sua vez, agrupados ou desdobrados, resultando nos nove sub-temas que serão analisados mais adiante.

O tema "esclarecimentos sobre o motivo da consulta" foi desdobrado nos seguintes sub-temas: "fontes de encaminhamento" e "sintoma" enquanto que o tema "história familiar" deu origem aos sub-temas "problemas de família" e "relações entre mãe e sua família de origem", sendo que, posteriormente, estes dois sub-temas foram reunidos, pois, ao falar sobre estes problemas as mães referiam-se à relação com seus pais e irmãos.

Do mesmo modo, o tema "história de vida da criança" forneceu dados que constituíram os itens "explicação para o sintoma" e "posição do filho na composição familiar", enquanto que o tema "composição e trajetória familiar" não foi desdobrado para permitir uma compreensão dinâmica dos dados na situação.

Por outro lado, no decorrer da análise dos dados, surgiram itens a partir dos discursos dos entrevistados. Assim solicitação de "tratamento para a mãe e/ou para o filho" e "colégio interno como solução" foram apontados como alternativas para resolver o problema da criança ou da família.

Já o sub-tema "ser mulher, mãe e trabalhar fora" apesar de ter sido pensado a priori, no item "relações familiares", só foi formalizado a partir dos dados das entrevistas.

Após a constituição destes sub-temas, foi realizada no va leitura das entrevistas, extraindo-se trechos de discursos que foram situados nestes itens, formando assim, um conjunto de dados que, embora estivessem identificados individualmente podiam ser, ao mesmo tempo, visualizados de forma global, em relação aos dados de outras entrevistas.

A seguir, revi os discursos em relação ao item, ou sub tema onde estavam incluídos, comparando-os e interpretando-os. A análise dos dados resultou, assim, nos seguintes itens ou sub temas:

1. Fontes de encaminhamento.
2. Composição e trajetória familiar.
3. Posição do filho na composição familiar.
4. Tratamento para a mãe e/ou para o filho
5. Sintoma
6. Explicação para o sintoma.
7. Relações entre a mãe e sua família de origem.
8. Colégio interno como solução.
9. Ser mulher, mãe e trabalhar fora.

Este procedimento foi escolhido tendo em vista a delimitação deste estudo, que é o de se constituir como etapa inicial e necessária que visa a caracterização de algumas famílias que frequentam o ambulatório, considerando questões relativas à

diversidade familiar.

Descreverei agora a interpretação dos dados, focalizando os nove itens apontados:

1 - FONTES DE ENCAMINHAMENTO

A distinção entre demanda social e pessoal pode se constituir em falsa questão, pois trata-se de aspectos complementares de um mesmo fenômeno. O intuito de identificar a fonte de encaminhamento foi o de detectar como os clientes (crianças) chegaram à consulta, se a partir de um "diagnóstico" de especialistas ou de solicitação da família.

Constatou-se que a maioria dos clientes foram encaminhados por médicos e por professores, sendo pequena a procura direta por parte da família. No entanto, observando-se os relatos, vê-se que os pedidos de atendimento, no caso dos encaminhamentos médicos, partiram da família, isto é, da mãe ou da avó.

No contato inicial, estas relataram que haviam comentado com os médicos dificuldades da criança e solicitado ajuda, conforme este depoimento:

— "Eu levei ele no médico para ele passar eletro porque ele é nervoso, agressivo, faz xixi na cama. O médico disse que não era com ele, que problema de nervoso era com a Sra." (Marcia, mãe, 31 anos, separada)

A demanda de atendimento para crianças parece decorrer, em primeiro lugar, de uma solicitação da família que, ao relatar aos médicos, "queixas" referentes à criança, não estaria solicitando necessariamente atendimento psicológico mas soluções para mudanças de determinados comportamentos da criança como por exemplo, a agressividade.

Ainda que freqüente o pedido de exames e de prescrição de medicamentos para as crianças, mães e avós comentavam também suas dificuldades em lidarem com elas. Nestes relatos, como se rá visto mais adiante, estas mulheres aproveitavam para falar também de si.

Embora os encaminhamentos que chegaram através da escola não se devessem a uma procura direta da família, esta aceitou-os, mobilizando-se no sentido de procurar a instituição e o profissional.

Assim, nos casos atendidos houve tanto solicitação das famílias aos especialistas que encaminharam as crianças à psicóloga, como aceitação, por parte das famílias, dos encaminhamentos realizados através da escola. Embora a procura direta à psicóloga tenha sido pouco expressiva, a solicitação de atendimento partiu, originalmente, da família, através, principalmente dos médicos.

2 - COMPOSIÇÃO E TRAJETÓRIA FAMILIAR

A configuração atual das famílias, sujeitos deste estudo, caracterizava-se por serem famílias chefiadas por mulheres. Com exceção de uma, estas tiveram em uma etapa anterior da trajetória familiar, a configuração de família conjugal ou de amasiados, formada por pai, mãe e filhos. A família que não sofreu alteração em sua configuração, refere-se à da mãe que teve o filho sem unir-se ao pai da criança, permanecendo na companhia de sua própria mãe e de sua irmã.

Na configuração anterior, de família conjugal, ou de amasiados não se verificou a presença de outros parentes ou agregados, e o número de filhos era bem restrito, um ou dois.

Já na configuração atual de família chefiada por mulheres, apenas um grupo estava constituído pela mãe e seus filhos, os demais eram grupos mais extensos formados por mãe, avô, filhos, tias, sobrinhas. Apenas em uma destas famílias, havia a presença do avô, as demais se caracterizavam por serem famílias do tipo "díade materna" com filhos. Em uma destas famílias, mãe e avô residiam bem próximo mas não na mesma casa.

Assim, com exceção de uma, as famílias chefiadas por mulheres resultaram de uniões desfeitas por separação e uma por morte do cônjuge. Estas uniões ocorreram tanto por vínculo consensual como por vínculo legal, não havendo predominância, neste sentido.

A duração da união variou, havendo casais que permaneceram juntos de um a oito anos. A maior parte das separações

ocorreu por decisão da mulher.

No entanto, apesar de tomar esta iniciativa, nos depoimentos evidencia-se a expressão "abandono" por parte do homem, seja no discurso da avó ou da mãe, como por exemplo: "Saí de lá para morar com ela porque ele a abandonou" (Leni, avó, 55 anos, viúva).

À primeira vista, parece contraditório considerar que a mulher foi abandonada pelo marido, quando foi ela que solicitou a separação. Porém, acompanhando os depoimentos, percebe-se que a mulher justifica a separação em função de determinados comportamentos do marido, tais como não ser o "provedor", o "protetor" da família, como bem mostram estes comentários: "Acabei largando meu marido porque ele bebia e batia. Ele gastava o dinheiro todo com bebida e faltava as coisas." (Marcia, mãe, 31 anos, separada). "Ele deixava o filho só comigo e não deu assistência quando ele teve meningite" (Célia, mãe, 28 anos, separada).

Frequente são os comentários sobre agressão física e não - contribuição regular para o sustento da família. Nestes, aparecem dados também contraditórios que, se examinados mais detidamente, podem revelar o imaginário do grupo em questão. É o que se nota, nestas passagens: "Ele é um homem bom, o que estraga é a bebida" (Marcia, mãe, 31 anos, separada) ou "Ele era um bom marido nunca judiou de mim, sempre trazia as coisas. O problema é que ele queria eu e a farra, o samba; aí mandei ele embora, porque não ligava para a família"... (Célia, mãe, 28 anos, separada) ou "Depois de ficar prá lá e prá cá, separando,

brigando, juntando, agora é definitivo. Ele não queria nada com trabalho, mexia no meu dinheiro" (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

Aparece referência ao "bom marido", como sendo aquele que não agride e sustenta a família com seu trabalho. O comentário: "Ele nunca judiou de mim" mostra como a atitude violenta do homem em relação à mulher pode ocorrer com frequência, neste segmento social, além de a autoridade do homem sobre a mulher ser percebida como natural dentro de certos limites, desde que não "judie". Assim, o parâmetro de "bom marido" é aquele que não se excede, na violência em relação à mulher. É importante notar que, ao contrário do que se percebe nos estratos médios, a não-igualdade não é questionada entre os pares.

São bastante significativas as mudanças ocorridas a partir do momento em que a mulher se torna chefe de família.

Em primeiro lugar, nas famílias entrevistadas, as mulheres só passaram a trabalhar fora de casa, após a separação, embora algumas já tivessem trabalhado quando solteiras.

No período de vigência da união, estas mulheres eram esposas, mães e donas-de-casa, como se nota neste comentário: "Antes, eu não trabalhava, era casada e vivia do salário dele e vendia calcinhas" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

A expressão "tive que trabalhar" evidencia que trabalhar não se refere a um projeto de vida destas mulheres, mas trata-se de uma contingência pois, devido à ausência do marido, alguém tem que sustentar a família, "ter que trabalhar" ou

"precisar trabalhar", aponta para o atendimento de necessidades materiais e não para a existência de uma carreira profissional. Estas expressões indicam que sair de casa para trabalhar contraria as expectativas da mulher, de permanecer em casa, ainda que realizando atividades remuneradas. Em seus discursos, nota-se que há diferença entre realizar alguma atividade complementar à do marido, como por exemplo, ser lavadeira, manicure, etc ... e ser a chefe da família, pois entre outros aspectos, isto implica no cumprimento de jornadas extensas de trabalho, afastamento de casa e necessidade de alguém para olhar os filhos.

É neste contexto que há uma reaproximação da família de origem, que ocorre de diversas formas; uma possibilidade é mãe e filho passarem a residir na casa da avó após a separação, outra forma é a avó passar a residir com mãe e filhos, ou mãe e filhos passarem a residir próximo da casa da avó. Seja como for, há uma reaproximação geográfica que, a meu ver, tem o objetivo de facilitar a troca de serviços; como se observa nestes depoimentos: "Fui para a casa da minha mãe porque tem que ter alguém para olhar ele, para eu trabalhar" (Marcia, 31 anos, separada). "Eu e mamãe ficamos morando juntas, temos que juntar as famílias porque os aluguéis estão caros e alguém tem que olhar o menino para eu trabalhar" (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

Devido à falta de infra-estrutura social para as mulheres que trabalham e têm filhos, os parentes, frequentemente, surgem como opção para o cuidado das crianças. Contar com a avó é alternativa a não ter que "dar" os filhos para outros criarem

prática que perpassa este segmento social, e que leva a desintegração de todo o núcleo familiar, após a separação dos pais.

Assim, a reaproximação geográfica da família de origem parece redefinir o contorno do grupo familiar, sendo comum uma alternância entre mãe e avô, que se notou inclusive no comparecimento às entrevistas destinadas à família, onde comentou-se o revezamento mãe-avô no cuidado da criança.

Esta reaproximação geográfica parece ocorrer não só por questões práticas e econômicas mas também, com o fim de reconstituição de um referencial familiar. Com a separação do casal, parece haver intensificação dos laços afetivos e sociais com a família de origem. É o que mostra este comentário: "Sou separada, precisava de apoio. Construí uma casa em cima da de meus pais. Dependo deles pra olhar as crianças, para trabalhar. Eles só ficam para eu trabalhar, para lazer não" (Mariana, mãe, 30 anos, separada).

Com isto, parece se reorganizar de outra forma a autoridade no grupo familiar, o que ficará mais explícito na análise do item "relação entre a mãe e sua família de origem". De qualquer modo, as mães se referem à interferências da família na educação da criança como também na sua relação com amigos, ex-marido, etc...

As mulheres chefes de família, frequentemente, lamentam o afastamento em relação ao filho, devido a longas jornadas de trabalho: "Antes, eu ficava com ele (filho), agora trabalho ele fica com minha mãe e irmãs, mas ninguém liga para ele ... Eu trabalho 12 horas, sou obrigada a dobrar. Ele fica mais na

rua do que em casa" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Estas mudanças vão ser analisadas com mais profundidade no item "ser mulher, mãe e trabalhar fora".

As crianças também experimentam mudanças, com a separação dos pais, algumas radicais, como o fato de passarem a "ser criadas" pelos avós e/ou deixarem de ter contato com o pai; o que se pode perceber neste comentário: "Eu deixei ele com minha mãe para trabalhar. Agora que eu parei, eu quero levar ele, ele não quer ir, não ligo muito" (Célia, mãe, 28 anos, separada).

Neste caso, a mãe refere-se a ter parado de trabalhar porque está esperando um filho de outro companheiro, o que revela uma seqüência descontínua na vida profissional da mulher que, em geral, oscila de acordo com sua vida afetiva.

A avó do menino em questão, já havia criado as duas crianças de sua outra filha que vive na mesma situação, que Célia. No momento, estes netos estavam com 14 e 12 anos e podendo ficar sozinhos em casa, passaram a residir com a mãe que continuava trabalhando.

Vê-se, desse modo, que isto implica em outra forma de contato entre mãe e filho. Por exemplo, o filho de Célia transitava entre a casa da mãe e a da avó passando alguns dias da semana e os fins-de-semana com a mãe.

Outra mudança, para as crianças, relatada pelas mães se referia ao fato de os filhos deixarem de ter contato com o pai após a separação, como se pode perceber neste relato: "O pai

não dá nada ... O pai dele não aparece nem no natal, aniversário, nada" (Célia, mãe, 28 anos, separada) ou "O pai dela evita contatos, não quer saber nada sobre ela. Tudo é comigo" (Mariana, mãe, 30 anos, separada). "Ele pede pai. Ele pede que eu dê um paizinho para ele. Ele sente a falta de um pai" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

Importante assinalar que, em geral, após a separação do casal, os pais não visitam os filhos com regularidade sendo que a maioria se afasta da mãe e da criança, o que ocorre tanto na família cujo vínculo anterior era o amasiamento como na família cujo vínculo era a união legal. Nos segmentos médios, no entanto, a situação de pais separados, não implica, em geral, em afastamento entre pais e filhos. Um dos aspectos a assinalar nestas entrevistas foi a referência à família de origem da mãe como substituindo a presença do pai; parece haver alternância entre pai e avô, quando um está presente o outro se afasta em relação à mãe e à criança, como pode se notar neste relato: "Eu já avisei a ela, não saio mais de minha casa para morar com eles. Eu não aceito ele junto porque o apartamento é de sala e quarto, ele fica dormindo de dia porque trabalha à noite. Eu vim morar com ela, quando ele a abandonou" (Leni, avô, 55 anos, viúva).

3 - POSIÇÃO DO FILHO NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Todas as crianças que compareceram à consulta por decisão da família, eram primogênicas, sendo que algumas não tinham irmãos.

Este dado pode vir a ser melhor esclarecido em outra oportunidade. Neste estudo, "ser primogênito" adquire relevo, pois, na quase totalidade das famílias entrevistadas, a criança em questão foi motivo de união ou separação do casal, conforme comenta uma das mães: "Fiquei grávida de Alberto, aí fui morar com ele" (Célia, mãe, 28 anos, separada). "Quando estava grávida dela, meu marido teve que fugir do país porque foi descoberto seu romance com a sobrinha que tinha 15 anos" (Mariana, mãe, 30 anos, separada): "Ele se afastou de mim, quando engravidei (Ivete, 33 anos, mãe solteira).

4 - TRATAMENTO PARA A MÃE E/OU PARA O(A) FILHO(A)

Na análise das entrevistas, todas as mães, com exceção de uma, expressaram dúvidas sobre quem deveria se tratar, se elas, os filhos ou ambos.

Algumas mães solicitaram tratamento de forma explícita, apresentando como motivo, entre outros, o descontrole emocional que as levava a chorar e a se irritarem facilmente e a baterem nos filhos. Algumas relacionaram o nervosismo do filho com o seu próprio nervosismo, como pode ser notado neste relato: "Eu me descontrolo, choro à toa, também preciso de tratamento, fico cheia de pensamentos, o que fazer, ou interno ele, ou me mudo para um quarto e saio da casa da minha mãe ou volto para o pai dele. Eu preciso de tratamento para os nervos" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Se as justificativas para tratamento para si são tão

explícitas, por que procurar atendimento para o filho?

Interessante notar que as mães, ao solicitarem tratamento para si, enfatizaram suas dificuldades na relação com os filhos, ressaltando a dimensão existencial de "ser mãe": "Este tratamento tem que ser primeiro comigo, primeiro tem que acertar a cabeça dos pais. Estou com problema desde que meu pai morreu. Desde a morte de meu pai, meu filho está no meio disso. Estou precisando de tratamento, estou perdendo o controle. Se eu melhorar, vai ser mais fácil eu me entrosar com meu filho" (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

As avós não solicitaram tratamento para si, mas todas comentaram o nervosismo da mãe, ligado às condições de trabalho de transporte, de luta pela sobrevivência; como pode ser notado neste comentário: "Ela trabalha, só chega à noite. Mas ela é muito nervosa, condução cheia, se aborrece com patrão. Tem dia que chega a conversar com o filho mas tem dia que não. É muito nervosismo. Ela é que mantém a casa" (Olga, avó, 65 anos, viúva).

É possível relacionar a demanda de atendimento psicológico que partiu de família (mãe, avó), conforme pode se notar no item fontes de encaminhamento" com a solicitação da mãe de tratamento para si. Isto é, ao procurar atendimento para o filho, a mãe o faz também para falar de si mesma, ainda que seja através do filho. Em uma das entrevistas, a mãe comentou que a necessidade de tratamento para o filho mobiliza mais do que a procura de tratamento para si mesma: "Não sei se a consulta é para mim ou para ela (filha) ou para nós duas. Para mim, não

procurei tratamento, achei que podia resolver sozinha; para o filho, a gente quer o melhor, logo procura" (Mariana, mãe, 30 anos, separada).

Ao solicitar ajuda para si, uma mãe aponta que o tratamento funciona como facilitador, intermediário, em sua relação com o filho: "Nós dois precisamos de tratamento. Senti falta do tratamento que fiz na Penha. Melhorei com meu filho, quando estava no tratamento e na Igreja. Parece que agora vou ficar louca. Quando estava no tratamento, podia fazer as coisas sem depender dela, da minha mãe" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

Vê-se, assim, que a maternidade tem um lugar de destaque na vida destas mulheres, como se elas tivessem como referência de sua vida, a relação com os filhos, tendo menos relevo outros aspectos da vida pessoal, como realização afetiva, profissional, etc ... É a partir do lugar de mãe e das dificuldades no convívio com os filhos que as mulheres entrevistadas solicitaram atendimento psicológico para si. Então, trazer o filho e falar de si pode ser visto como forma de buscar alternativas para compreender esta relação.

5 - SINTOMA

O sintoma que motivou a procura de atendimento psicológico foi, na maioria dos casos, a agressividade do filho, como pode ser notado nos seguintes comentários. "Ele é levado que não tem jeito de controlar. Na escola, a professora vive botando ele para fora de sala, ele provoca até ela fazer isto, fica

zombando ..." (Leila, mãe, 38 anos, viúva), "A gente se agride de chorar as duas. Ela (filha) me ofende, ela me agita, me absorve, não deixa espaço para mim" Mariana, mãe, 30 anos, separada). "Ele é uma pessoa nervosa. Ele é difícil, quer agredir. Outro dia, pegou a faca para me enfrentar porque briguei com ele. Ele imita o pai. Ele é agressivo, joga as coisas no chão, responde" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Dentre os outros sintomas relatados pelas famílias, um deles refere-se ao fato de o filho ter comportamento de criança do outro sexo: "Ele tem comportamento de menina no modo de sentar, falar, brincar ..." (Célia, mãe, 28 anos, separada). Outro sintoma também relatado é a falta de atenção da criança, o que na percepção da avó a impede de delegar-lhe funções, sentindo-se, por isso, sobrecarregada: "Ele é despercebido demais ... É distraído, esbarra nas coisas, por isso não posso deixar ele ir sozinho para a escola ou fazer compras na rua, tenho medo de le ser atropelado. Estou cansada" (Olga, avó, 65 anos, viúva).

Em um dos casos, o motivo da consulta foi o fato de a criança não falar, expressando-se apenas por gestos. "Ele não fala. Ele gosta de mamadeira, não gosta de mastigar. Ele aponta o que quer, apanha o que quer, só não fala" (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

Em dois casos houve referência a problemas de aprendizagem, assim apontados: "Ele não gosta de estudar, sabe pouco de leitura, a escola não puxa e ele não é esforçado" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Examinando mais detidamente os sintomas, vê-se que, mesmo nos casos onde houve referência à dificuldade de aprendizagem, o que motivou a consulta foi a agressividade da criança em casa ou na escola. Assim, a agressividade destaca-se como sintoma que mobilizou a procura de atendimento psicológico. Em seus comentários, as mães referem-se à desobediência insistente dos filhos, ao enfrentamento com palavras e objetos e à dificuldade de mantê-los sob controle. "Não consigo controlar" foi uma expressão que apareceu relacionado à agressividade do filho.

6 - EXPLICAÇÃO PARA O SINTOMA

Como foi dito acima, a agressividade foi o sintoma a que a maior parte das mães e avós se referiram como sendo o motivo da consulta.

Ao esclarecer a situação, todas elas referiram-se à "falta de pai", algumas esclarecendo que o "problema" (agressividade) não existia quando a criança vivia com o pai, outras comentando que a criança muda o comportamento na presença o pai, como pode ser notado neste relato: "Quando eu morava só com ele e o pai, ele não tinha este problema. Ele não era agressivo. Ele ficou assim neste ano, que fui morar na casa da minha mãe e ele ficou sem pai" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

A "falta de pai" também foi atribuída como explicação para os demais sintomas. Ao comentar que o filho não falava, comunicando-se por gestos, a mãe comentou: "Ele tem loucura pelo

"P-A-I". Ele melhora quando o pai está por perto" (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

O pai que, apesar de não residir com o filho e não ter contato regular com este, atendeu à solicitação para comparecer a entrevista explicou: "Eu exijo mais dele. Elas (mãe e avó) dão proteção demais. Cuidam demais. Ele não tem liberdade" (José, pai, 28 anos, separado).

Assim, mesmo quando o problema não é agressividade, nota-se que o pai refere-se ao fato de "ser exigente", o que parece apontar para uma distinção entre palavra de pai e palavra de mãe, ligada à idéia e ao exercício da autoridade em relação à criança, nestas famílias.

Importante notar que, mesmo quando a mãe identifica o problema na sua relação com o filho, há referências ao pai, como se pode notar neste relato: "O problema dela é só comigo, Ela está acostumada a seguir conselhos de "terceiros" não os meus. Até meu filho, que é pequeno, falou que é "falta de pulso", de falar com firmeza, de falar como meu amigo falou para ela: "Sou mais forte, sou mais velho do que você! Acontece que ela e eu passamos por muita coisa e eu fico pensando que ela não pode contar com o pai" (Mariana, mãe, 30 anos, separada).

Neste comentário, nota-se que "falar com firmeza", "ter pulso" são expressões referidas à palavra do homem, do pai que controla o filho. No caso, aparecem a insuficiência da palavra da mulher, da mãe e a necessidade de "terceiros", para intervir na situação quando o pai está ausente.

7 - COLÉGIO INTERNO COMO SOLUÇÃO

Em quase todas as famílias houve referência ao colégio interno como solução tanto para resolver os problemas da mãe como os da criança.

No primeiro caso, o colégio interno foi apresentado como alternativa para a mãe que trabalha fora e não pode ou não quer deixar o filho com seus familiares, como aparece nestes relatos: "Queria colocar meu filho no colégio interno para eu trabalhar e não depender de família porque dá muita briga" (Leila, mãe, 38 anos, viúva). "Estou pensando em alugar um quarto e sair de lá da minha mãe, mas tem que ter alguém para olhar ele, ele não é fácil, por isso, pensei em internar, assim ele tem quem olha ele". (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

No segundo caso, o colégio interno apareceu como alternativa para o controle da criança, já que a mãe refere-se a si mesma como estando impossibilitada de exercer a autoridade em relação ao filho(a), como se nota nestes discursos: "É porque tem que ter alguém de fora. Se não der certo, o tratamento aqui, ela vai para o colégio interno, porque ela não me ouve, tem que ouvir outra pessoa" (Mariana, mãe, 30 anos, separada). "Eu preciso também de companhia, senão vou ter que internar este menino, por medo de matar ele um dia desses". "Ele não me obedece, falo e ele nem liga, quando pego para bater, bato de qualquer jeito" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

8 - RELAÇÕES ENTRE A MÃE E SUA FAMÍLIA DE ORIGEM

Ao comentar a trajetória familiar, assinalei que todas as famílias chefiadas por mulheres, entrevistadas neste estudo, haviam se reaproximado, inclusive geograficamente, da família de origem. Neste tópico, focalizarei como mães e avós comentam esta situação de seu cotidiano.

A reaproximação das famílias propicia à criança um contato mais intenso com os parentes maternos, principalmente com a avó que passa a participar mais ativamente de sua vida, pois com o afastamento do pai, a mãe ingressa ou retorna ao mercado de trabalho e a avó divide com ela a educação e o cuidado das crianças.

Quanto à "responsabilidade" em relação à criança, os dados permitem dizer que esta continua centralizada na pessoa da mãe. Tanto mãe como avó utilizam as expressões: "olhar", "tomar conta" para se referir a apenas uma parte dos cuidados de que necessita a criança, sendo que decisões sobre a saúde e a vida escolar da criança são tomadas pela mãe.

Notei que as avós destas famílias encarregavam-se de marcar as consultas, porém na entrevista inicial quem comparecia com a criança era a mãe, reiterada a solicitação de entrevista familiar algumas avós compareceram.

Isto mostra a participação da mãe na vida da criança, embora esta trabalhe fora. Inclusive, parece que trazer o filho à consulta é uma demonstração do desempenho do papel de mãe, isto é, expressão de preocupação e cuidado com o filho, como e-

xemplifica este relato: "Para vir aqui, tenho que agüentar cara feia do patrão, mas em primeiro lugar tá meu filho, quero uma solução para este nervosismo dele. Se a gente não tratar desde pequeno, só piora" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Assim, o que pode ser dito é que a mãe, em geral, não delega integralmente os cuidados do filho à avó, parecendo haver um revezamento entre elas. No entanto, em um dos casos, a criança chegou a residir com a avó, por um período, ficando com a mãe nos fins-de-semana.

A questão não é o fato de mãe e avó se revezarem no atendimento das necessidades da criança mas como isto se efetivava. É provável que algumas destas famílias tenham procurado o ambulatório porque não estavam conseguindo lidar satisfatoriamente com esta situação.

A participação da avó é sentida como necessária e por vezes indispensável pela mãe, que por outro lado queixa-se da interferência da avó e de outros familiares na educação da criança. Utilizando a expressão "problemas de família", as mães comentam atitude das avós que lhes desagradam, especialmente as que se referem a queixas sobre o comportamento da criança, assim como repreensões, castigos e protecionismos em relação à mesma. Este relato exemplifica a situação. "Eles (pais) se metem na minha vida com as crianças. Eu não tenho meu espaço, tudo eles sabem. Outro dia, minha mãe subiu e bateu nela (filha) que estava me xingando. Outro dia, falei para ela não comprar um brinquedo e ela comprou" (Mariana, mãe, 30 anos, separada).

Algumas mães, ao falarem sobre o assunto, queixam-se de que não podem tomar decisões porque a casa é da avó, sendo que ela é quem determina as regras, inclusive sobre a visita ou não do pai da criança, como pode ser observado neste relato: "Ele (pai) não pode ir lá em casa, porque minha mãe botou ele para fora porque ele fez escândalo, por causa de bebida" (Marcia, mãe, 31 anos, separada).

Nos discursos das entrevistadas aparece a referência ao ideal de cada família ter sua casa, como diz a avó: "Seria bom que cada uma pudesse ter sua casa, criar os filhos, mas se não dá, eu queria que elas compreendessem como eu (Olga, 65 anos, avó, viúva).

Do mesmo modo, algumas mães comentam seus planos de voltar a morar só com os filhos, deixando assim, de depender de suas respectivas mães para olharem as crianças.

Isto torna-se possível quando estas já podem ficar sozinhas em casa, mas em geral isto costuma ocorrer quando a mãe encontra um outro companheiro. Em geral, neste momento, a avó ou o próprio companheiro impõe como condição que a mãe deixe de trabalhar para ficar em casa e cuidar dos filhos.

Por vezes, a mãe comenta a difícil escolha entre parar ou continuar trabalhando, apesar de não ter projetos profissionais bem delimitados, pois receia que a união não dê certo, além de ter se acostumado a "trabalhar fora" e a ter seu próprio dinheiro, como comenta esta mãe: "Também acho que se voltar a viver com ele não posso ficar sem trabalhar, porque não dá para confiar, ele não trabalha fixo, agora não está bebendo mas quem

garante? Minha mãe disse que se eu voltar para ele, que ela não "olha" mais o menino porque aí eu não preciso trabalhar. Acho que fico assim mesmo do jeito que está" (Marcia, mãe, 31 anos, separada). No entanto, as entrevistas mostram uma alternância entre uniões conjugais e vida profissional.

As mulheres também comentam seu desagrado em ter que contar com a ajuda de suas respectivas mães (avós) mas percebem as outras alternativas como mais insatisfatórias, como por exemplo, comenta esta entrevistada: "Se eu pudesse pagaria alguém e não daria trabalho para a minha mãe. Ela já lutou muito mas não tem outro jeito, quem poderia "olhar" ele? vizinho, estranhos, não ..." (Ivete, 33 anos, mãe solteira).

9 - SER MULHER, MÃE E TRABALHAR FORA

Em todas as entrevistas, as mulheres comentaram o conflito entre "ser mãe e trabalhar fora".

Na condição de mulher sem marido, surge a necessidade de trabalhar fora para criar os filhos. Ao utilizar a expressão "tive que trabalhar", estas mulheres revelam a imposição a que ficaram sujeitas, com a ausência do marido, associando o fato de trabalhar fora com sobrecarga de atividades, já que continuam realizando as obrigações de dona-de-casa, o que conduz inevitavelmente à dupla jornada de trabalho.

A expressão "trabalhar fora" assinala o espaço onde este trabalho é realizado, marcando a distinção entre trabalhar no espaço doméstico e trabalhar no espaço público. Portanto, o

problema não está em trabalhar porque, como foi dito, estas mulheres, além das atribuições diárias de donas-de-casa, exerciam diversas atividades remuneradas mas sem "sair de casa". O que as entrevistadas enfatizam em seus relatos é a distinção casa/rua à qual corresponde a distinção de papéis sociais ligados à diferença de gênero.

O trabalho realizado em casa é uma alternativa que possibilita à mulher conciliar o papel de esposa, mãe e dona-de-casa com a necessidade de obter algum rendimento. Há referência ao espaço privado como sendo o "lugar" da mulher, onde se destaca o papel de mãe e esposa mesmo quando esta auferir rendimentos significativos com uma atividade profissional.

Parece que o trabalho realizado em casa fica diluído nos afazeres domésticos, além de não romper com a delimitação estabelecida entre os espaços público e privado.

Assim, o trabalho realizado em casa, mesmo quando ocupa grande parte do tempo da mulher, parece ser aceito como mais "natural" do que o trabalho realizado no espaço da rua.

Algumas mulheres, quando se separam mantêm a atividade remunerada que já vinha desenvolvendo em casa, ao mesmo tempo em que se inserem no mercado de trabalho formal, pois, segundo as entrevistadas este oferece segurança - salário regular, direito ao INPS, proteção de patrões.

No entanto, algumas das mulheres lamentam não poderem viver apenas da atividade realizada em casa, pois isto dependeria de um maior investimento financeiro na compra de mercado-

rias e objetos, recursos de que elas não dispõem. Então o "jeito" é ir trabalhar fora para não ter que ver os filhos passarem "necessidades", fome.

Nas entrevistas, as mulheres comentaram o "desconforto" que experimentam quando têm que sair de casa, como aparece no trecho de um discurso: "Eu vim da rua nervosa, porque não gosto de ficar resolvendo coisa de rua, de banco, fazer compras, aí, eu bati nele (filho) mesmo" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

Considerando a baixa escolaridade e a não qualificação da maioria das entrevistadas a atividade profissional é realizada em longas jornadas não sendo percebida como compensadora, pois os rendimentos não são suficientes para o atendimento das necessidades básicas da família, o que gera insatisfações permanentes.

Com o afastamento de casa surgem os conflitos entre "ser mãe e trabalhar fora" como bem expressam estes depoimentos: "Eu não posso cuidar dele direito, para trazer aqui, o patrão reclama porque chego atrasada e o pai dele não ajuda nem com o dinheiro. Ele diz que só ajuda se eu morar com ele, mas não dá certo viver com ele, ele bebe e fica outro homem" (Márcia, mãe, 31 anos, separada).

"Eu me preocupo com ele. Eu sou mãe e pai dele e tenho que ver tudo. A gente chega nervosa do trabalho e encontra uma porção de queixas. Acho que estava descarregando nele o nervoso do trabalho. Acho que se ele tem pai, eu não posso ser responsável sozinha por ele. O pai nega a paternidade, não ajuda. Coloquei um processo na Justiça para ver a pensão alimentí-

cia" (Ivete, 33 anos, mãe solteira):

O conflito entre "ser mãe e trabalhar fora" está, nas mulheres entrevistadas, referido à ausência, ao abandono, à omissão do pai, pois, se este sustentasse a família isto não estaria acontecendo.

O relato de Ivete mostra que ela procurou a Justiça para que o pai passasse a colaborar para o sustento do filho. No entanto, esta não é uma prática corrente neste segmento social, não porque as mulheres desconheçam seus direitos mas, entre outros motivos, pela burocracia que envolve a justiça gratuita, pelo valor irrisório das contribuições e, às vezes, pela expectativa de retorno à união desfeita.

O comentário desta entrevistada mostra como a mulher vive a ausência do marido como superposição de papéis, que aparece na expressão "ser pai e mãe" que algumas vezes foi substituída por: "ser o homem e a mulher da casa", como pode ser notado neste depoimento: "Já tive muita dificuldade, lutei para criar oito filhos, lavando roupa para fora, fiquei viúva com 36 anos, nunca arrumei homem. Senti muita falta. Um homem faz falta. Eu era o homem, a mulher, tudo era eu. Sofri muito, por medo de arranjar alguém que maltratasse os filhos, fiquei só" (Olga, avó, 65 anos, viúva há 29 anos).

Este receio de arranjar um companheiro que pudesse vir a maltratar os filhos também apareceu no relato de outras entrevistadas. Ao fazer este comentário, as mulheres assinalaram o autoritarismo masculino e o fato de os filhos não aceitarem receber ordens de um "estranho". As entrevistadas justificavam

sua atitude citando exemplos de parentes e vizinhos onde isto o correu, provocando o afastamento entre mãe e filhos, ou conflitos para a mulher, principalmente quando esta tinha filhos desta segunda união.

A expressão "um homem faz falta" esteve presente em vários depoimentos, em um deles, a entrevistada comentou: "É obrigado a gente ter alguém para sexo, passeio e financeiramente. Um homem toma a frente, resolve coisas de negócios, faz compras, paga as contas" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

Esta entrevistada apontou para a questão sexual e para a necessidade de companhia masculina para passeios, aspectos que apareceram em outros relatos, porém de forma menos explícita, sob a queixa de solidão.

Em algumas entrevistas, as mulheres comentaram a vigilância dos parentes, quanto à sua sexualidade, exercida através de controle de horário, de comentários sobre visita de amigos e restringindo a ajuda no cuidado com as crianças ao seu horário de trabalho.

Ao falar sobre o conflito entre "ser mãe e trabalhar fora", as mulheres revelaram o que é "ser mulher", para elas, como bem exemplifica este relato: "Nasci para ser dona-de-casa, ter marido e filhos. Meu sonho desabou todo. Casei com a pessoa errada. Ele me deixou sozinha. Agora moro com minha mãe e meu filho. Numa vida normal, pai trabalha de dia e mãe fica com o filho. Estou perdida (Nélia, mãe, 26 anos, separada).

"Ser mulher" é ser mãe, esposa e dona-de-casa, referên

cia que aparece em todos os depoimentos, objetivo que é alcançado por mulheres que tem "sorte" na vida e não precisam trabalhar fora. O ideal de casamento consiste em que o homem trabalhe e sustente a família, possibilitando à mulher que realize estes papéis.

Uma das entrevistadas comentou a "desproteção" da mulher que não tem marido, apontando para o "respeito" que o homem impõe com sua presença, mesmo frente aos familiares, como se nota neste trecho da entrevista: "Eles só querem me sugar, aquele povo todo dependendo de mim. Fiquei "baú de situação" com a viuvez, agora acabou tudo. Meus irmãos se aproveitam que eu não tenho marido, marido defende, os outros respeitam, assim, viúva, todo mundo fala o que acha, fica dando sugestão, a mulher sem marido fica desprotegida" (Leila, mãe, 38 anos, viúva).

Este comentário sobre a proteção masculina aponta para a distinção que algumas destas mulheres fazem entre "mulher que tem marido" e "mulher que não tem marido", que pode aparecer também sob a forma de: "ter um homem dentro de casa impõe respeito".

Este respeito e proteção estão ligados à idéia de defesa da mulher e dos filhos, por parte do homem, em relação a parentes e vizinhos. Estes aspectos muitas vezes aparecem como mais significativos para algumas mulheres do que a não-contribuição financeira por parte de alguns homens.

Este dado reafirma a importância atribuída pelas mulheres entrevistadas à presença física do homem como figura de au-

toridade, seja frente aos filhos, como apontei ao comentar a "falta de pai", seja frente a vizinhos e parentes, reforçando assim, a distinção entre palavras e atos de mulher e palavras e atos de homens.

Com a separação ou com a viuvez nota-se na mulher um deslocamento da figura de proteção/autoridade, do marido para seus familiares. As mulheres entrevistadas, ao reconhecerem a necessidade de serem protegidas e defendidas, apontam para a relação de dominação/submissão a que estão sujeitas, não só no espaço público como também no espaço privado mas, ao mesmo tempo, aceitam esta situação como natural, atribuindo-a à diferença de gêneros.

D I S C U S S Ã O

Analisando dados de entrevistas realizadas com os pais e/ou substitutos, entrevistas que faziam parte do processo psicodiagnóstico de crianças levadas à consulta psicológica pela família, constateei recorrências que passarei a comentar.

Das 21 famílias atendidas, 6 apresentavam a configuração de família chefiada por mulheres e as demais a configuração de família nuclear. A proporção encontrada nesta distribuição confirma dados dos estudos de Azevedo (1963, 1966) e Woortmann (1987) que apontam a predominância das famílias nucleares, em todos os segmentos sociais, seguida das famílias chefiadas por mulheres. Nas famílias nucleares por mim entrevistadas não encontrei a presença de parentes e agregados vivendo junto com o casal e seus filhos, portanto, nestas unidades, as fronteiras estavam bem delimitadas, caracterizando-se pela nuclearização da família e não por serem constituídas por um grupo extenso. No entanto, estas famílias nucleares residiam próximo de outros parentes, em geral do lado materno, o que implica em contatos frequentes e troca de serviços. Por outro lado as famílias chefiadas por mulheres eram constituídas, em sua maior parte, por "díades maternas" (dupla mãe e avô), filhos e outros parentes, havendo apenas um caso em que a mãe vivia só com os filhos, residindo porém, no mesmo terreno que seus pais.

Ao acompanhar a trajetória destas famílias chefiadas por mulheres, verifiquei que, com exceção de uma, todas resultaram de uniões desfeitas de famílias de amasiados e de famílias nucleares, sendo o principal motivo das separações o fato de o

homem não realizar o papel de "provedor" e "protetor" da família, dados que corroboram os dos estudos de Woortmann (1987), que comenta a característica adaptativa dos arranjos familiares chefiados por mulheres; estratégia que visaria à manutenção mínima do grupo familiar pois, na impossibilidade de a mulher dividir as responsabilidades com o cônjuge, ela o faz com sua família de origem ou com outro companheiro. Na análise dos dados, apontei mudanças ocorridas nestas famílias após a separação dos cônjuges, tais como o fato de a mulher passar a trabalhar fora de casa, a reaproximação geográfica da família de origem da mãe, o fato de as crianças passarem a ser cuidadas por outros parentes e o afastamento do pai em relação ao filho, não havendo regularidades em visitas ou na contribuição financeira para seu sustento.

Os motivos da deserção masculina, fato apontado por Azevedo (1966) não estão até o momento bem explicitados. Ao que parece, a reaproximação da mãe em relação à sua família de origem enfraquece o contato com o pai da criança, como foi notado em alguns relatos das entrevistadas, comentados no item: "relações entre a mãe e sua família de origem". É provável também que, pelo fato justamente de que algumas destas separações ocorreram porque o marido tinha dificuldades para sustentar a família, este afastamento seja devido à permanência desta situação. No entanto, há registros (Woortmann, 1987) de que os homens contribuem para o sustento dos filhos de novas uniões, não se responsabilizando pelos filhos de uniões anteriores. Estes dados parecem indicar que a relação pai-filho é mediatizada pela presença da mãe, especialmente nestes segmentos, o que, no entan-

to, precisa ser melhor esclarecido. Uma das entrevistadas comentou que o pai de seu filho só contribuiria para o sustento deste se voltasse a morar com ela e a criança, caso contrário a responsabilidade seria dela e de sua família de origem. Vale a pena assinalar que este não é um caso isolado, sendo frequente ouvir-se este argumento. Isto mostra que, especialmente neste segmento, filho é responsabilidade da mãe, conforme assinalam Azevedo (1966) e Woortmann (1987) ao se referirem à predominância do viés matrilateral no sistema de parentesco.

Neste contexto, as mulheres apontam, como solução a reaproximação da família de origem e a internação dos filhos em instituições para evitar o esfacelamento total do grupo que ocorre quando os filhos são dados para parentes e estranhos.

Com a separação, raros são os contatos entre os ex-cônjuges, o que parece apontar para uma característica da relação homem/mulher neste segmento social. Com o rompimento da união, e, principalmente, na vigência de nova união, não são aceitos encontros entre os ex-cônjuges, o que contribui para o afastamento dos pais em relação aos filhos. Há ênfase na representação de que "pai" é aquele que cria, aquele que assume os encargos da família, embora isto possa vir a ser uma fonte de conflito para os filhos, que revelam expectativas de manter relacionamento com os pais, com os quais não residem.

Dentre as mudanças ocorridas após a separação dos cônjuges, destaca-se a trajetória descontínua na vida profissional das mulheres entrevistadas, que alternam "uniões conjugais" e "trabalho fora de casa", fato também assinalado por Zaluar

(1982), Salem (1981) e Woortmann (1987). Os dados deste estudo indicam que a trajetória descontínua está relacionada com os valores do universo sócio-cultural onde as entrevistadas estão inseridas, não sendo meras ocorrências individuais, o que pode ser constatado na análise do item "composição e trajetória familiar", em que se observa que as mulheres passaram a "trabalhar fora" após a separação conjugal.

É verdade também que há mulheres, nestes segmentos, que vivem com seus companheiros e que trabalham. Apesar deste estudo não ter focalizado este grupo, pode-se dizer pelo que está registrado (Woortmann, 1987) que, as mulheres afirmam que trabalham porque precisam, isto é, para atender as necessidades materiais da família, pois, do contrário, retornariam ao lar, "lugar" por excelência da mulher.

As mulheres entrevistadas, que trabalhavam quando solteiras, afirmaram que deixaram o emprego para casar. Dentre estas, algumas queriam permanecer mas não o fizeram para não desagradar o cônjuge e outras por concordar que ao homem cabe manter a casa e a família. Seja como for, expressões, tais como, "ele não deixou eu ficar no emprego" ou "ele me tirou do trabalho" podem ser vividas como demonstração de proteção por parte do homem com o objetivo de "poupar" a mulher do desgaste da dupla jornada.

Portanto, as famílias chefiadas por mulheres são arranjos familiares circunstanciais, que podem sofrer alteração ao longo da trajetória de vida da mulher, o que confirma minha interpretação dos estudos de Azevedo (1963, 1966), isto é, de que

a família chefiada por mulheres seria uma variação do modelo de família patriarcal. Importante notar que, embora haja referência às raízes históricas das famílias chefiadas por mulheres na cultura africana (Azevedo, 1966 e Woortmann, 1987), onde se destaca a homologia destes arranjos em relação a "família sagrada", observei que as mulheres entrevistadas não frequentam grupos de culto africano, porém outros, tais como: Igreja Universal, Casa da Bênção, Igreja Messiânica. Esta diferença leva-me a afirmar que estas famílias chefiadas por mulheres podem ter ou não como referência legitimadora do arranjo familiar o grupo de culto africano. Estes dados também apontam para os limites dos estudos citados, realizados em comunidades localizadas na Bahia, onde os valores culturais de origem africana são bem marcantes devido à forte influência e presença dos negros até nossos dias.

Os dados das entrevistas confirmam que a matrifocalidade é acentuada, nas famílias chefiadas por mulheres, decorre principalmente do atendimento às necessidades prementes da situação, o que conduz à superposição de papéis vivida como sobrecarga e provocando nervosismo. Assim, a matrifocalidade é acentuada, nestas famílias por razões pragmáticas ou contingenciais como as sinala Aragão (1983).

Pelos relatos, pode-se constatar que, a matrifocalidade não se opõe ao modelo de família patriarcal, mesmo nos arranjos familiares em que a mulher é a chefe da família, pois há referência ao modelo ideal de família que passa pelo ideal de casamento. Este se caracteriza pela distribuição de papéis entre os cônjuges, sendo necessário que o marido trabalhe para susten

tar a família, possibilitando assim, que a mulher realize os papéis femininos.

Nas situações em que o marido/pai não sustenta a família, sobre a mãe recai toda a responsabilidade em relação à prole, pois filho é "coisa" de mulher, o que é reforçado pela "naturalização" da maternidade.

Desse modo, a persistência do modelo ideal de família, nas mulheres chefes de família ocorre não só porque o modelo de família nuclear é realizado pelos segmentos dominantes da sociedade mas também, devido à trajetória de vida destas mulheres, que em algum momento viveram este tipo de arranjo familiar, onde a distribuição de papéis ligados à diferença de gênero ocorreu de acordo com o modelo previsto no tipo de socialização pelo qual passaram.

Assim, este modelo ideal pesa com a "força da lei" (Chauí, 1986), enfatizando a distinção entre papéis masculinos e femininos, naturalizando-os, estabelecendo fronteiras entre as diferenças de gênero pois, nestes grupos sociais, a assimetria entre os cônjuges é explícita.

Esta forte demarcação entre papéis sociais nos segmentos populares foi comentada nos seguintes trabalhos: Salem, 1981; Ropa et alli, 1983 e Woortmann, 1987. Em seus relatos as mulheres revelam expectativas em relação a novas uniões como também nostalgia em relação a uniões anteriores. Nas entrevistas que estou analisando observam-se tanto referência ao ideal de "cada família uma casa" como queixas em relação ao ex-marido. Algumas das entrevistadas, por exemplo, reclamam de que não ti-

veram "sorte" no casamento, pois casaram-se com a pessoa errada. Por isto, ser mulher chefe de família pode ser vivido como privação, como falta, "falta de marido", "falta de pai para os filhos".

Ao levarem os filhos à consulta psicológica, estas mulheres falaram também de si, expressando dúvidas sobre quem deveria realizar o tratamento se elas ou os filhos. Ao comentarem estas dúvidas, mães e/ou avós apontavam o nervosismo e o descontrole emocional da mãe, relacionando-os com sua situação atual de mulher que trabalha fora e é chefe de família; mulher/mãe que tem aborrecimentos com o patrão, que enfrenta condução cheia e que se preocupa com os filhos. Vale a pena destacar que algumas mães comentaram sobre terem pensado em procurar atendimento psicológico para si mas desistiram.

De fato chamou a atenção a solicitação de tratamento para a mãe, pois, em geral, as famílias procuram atendimento para a criança evitando, por vezes, o acompanhamento que lhes é sugerido. O que teria levado estas mães a falarem sobre si? Pelo exposto na análise dos dados as mulheres entrevistadas revelaram conflitos ligados às dificuldades em ser mãe e trabalhar fora longas jornadas; portanto, a solicitação de tratamento passava pelas dificuldades encontradas na realização do papel de mãe, pelo "nervosismo" que as levavam a " Descarregar" tudo nos filhos.

Outro motivo, que também se destacou na solicitação de tratamento para si, refere-se à dificuldade em lidar com a agressividade do filho. As mães se queixaram de que não estavam

conseguindo controlá-los; relacionando o problema apresentado pela criança com a "falta de pai". Esta explicação também apareceu quando o sintoma da criança não era agressividade; as mães comentaram que na presença do pai as crianças modificavam seu comportamento. Ao falar sobre esta diferença mãe/avô e um pai distinguiram a atitude da mulher/mãe da atitude do homem/pai, relacionando "autoridade", "ser exigente", "ter pulso" como atributos do homem e "proteger" os filhos como atributo feminino. Isto mostra a distinção entre palavra de mulher e palavra de homem, apontada pelos indivíduos entrevistados.

Além da palavra, há ênfase na presença masculina, que impõe respeito, não só em relação aos filhos, mas também, em relação a parentes e vizinhos. Importante assinalar que as mulheres referem-se à necessidade de proteção masculina ou familiar, revelando que seu contato com o espaço público precisa ser mediatizado por estas figuras que "têm iniciativa", "que sabem resolver as coisas da rua", "que as defendem em relação às outras pessoas".

Parece mesmo que esta presença/ausência masculina ganha relevo pela demarcação dos papéis ligados à diferença de gênero. Assim, as mulheres estavam atribuindo as dificuldades da criança à "falta de pai", ao mesmo tempo em que comentavam a "falta de marido", que as levava a se defrontarem com situações para as quais não foram preparadas, tais como falar com firmeza com os filhos, serem integralmente responsáveis pelo sustento e por cuidados a eles dispensados e terem que "trabalhar fora", daí advindo conflitos.

Pode-se dizer que as mulheres entrevistadas, embora chefes de famílias, fizeram referência constante ao modelo ideal de família conjugal, o que confirma os dados comentados por Lo Bianco (1988).

É possível também que, para as mulheres entrevistadas, o modelo ideal tivesse uma representação mais pregnante que para outras do mesmo segmento social. Esta disparidade entre modelo ideal e arranjo realizado contribuiria para o aparecimento de um conflito psicológico.

Tomando como parâmetro as conclusões dos estudos de Costa (1985, 1986, 1988) em relação à identidade social de "ser trabalhador" nos indivíduos do sexo masculino, penso ser possível fazer um paralelo em relação aos indivíduos do sexo feminino. Assim, a chamada identidade feminina seria constituída através da realização dos papéis de "mãe, esposa e dona-de-casa".

A não-realização destes papéis, referidos à identidade feminina, pode conduzir ao conflito psicológico, devido às contradições entre as representações do ideal, do que é "ser homem" e do que é "ser mulher", e a não-realização deste ideal nas mulheres que vivem a situação de "ser mãe e trabalhar fora".

No entanto, o fato de as mulheres terem sido entrevistadas a partir da solicitação de atendimento para os filhos também pode conduzir ao conjunto de dados analisados. É possível supor que outros conflitos poderiam ser relatados por mulheres solteiras, casadas ou chefes de família que tivessem procurando atendimento para si próprias.

O conflito entre "ser mãe e trabalhar fora" pode ser vivido tanto por mulheres chefes de família como por mulheres das famílias nucleares, dos diferentes segmentos sociais. Então qual é a especificidade deste conflito nas mulheres chefes de família dos segmentos populares?

Ao comentar estudos sobre a identidade feminina nos segmentos populares, aponte a forte demarcação entre os papéis sociais, ligados à diferenças de gênero (Salem, 1981; Ropa et alli, 1981; Woortmann, 1987). Esta forte distinção entre papéis masculinos e papéis femininos também foi constatada na análise das entrevistas.

A não-realização de papéis sociais pode conduzir a conflitos psicológicos. Se é forte a demarcação entre estes papéis, então a não-realização destes papéis pode levar à intensificação dos conflitos. O conflito "ser mãe e trabalhar fora" parece ser vivido mais intensamente por mulheres dos segmentos populares que utilizam as expressões: "ser pai e mãe" e "ser o homem e a mulher da casa". Este conflito pode, por vezes, ser denominado de "nervoso", "nervosismo" e "descontrole dos nervos".

Este conflito se intensifica especialmente nas mulheres chefes de família dos segmentos populares devido à forte demarcação entre papéis ligados à diferença de gênero, como comentei e devido também, à falta de infra-estrutura com que contam as mulheres deste segmento, pois é preciso lembrar que algumas mulheres dos segmentos médios que também vivem estes conflitos contam, em geral, com pelo menos algumas opções institu

cionais e com pelo menos uma ajudante. Assim, as mulheres dos segmentos populares sofrem uma dupla opressão social: a de sexo e a de classe que pode se configurar como conflito psicológico.

Assim, o conflito entre "ser mãe e trabalhar fora" nas mulheres chefes de família dos segmentos populares, pode se caracterizar por: ter que trabalhar fora, não poder ser mãe como gostaria porque a maior parte de seu tempo é dedicada ao trabalho, não poder ser esposa porque não teve "sorte" no casamento, não poder ser dona-de-casa porque com a união desfeita, a mulher teve que voltar a residir com a família de origem.

Não se trata de minimizar a satisfação que algumas destas mulheres experimentam por conseguir manter os filhos, não tendo que doá-los a parentes e estranhos, mas mesmo assim prevalecem os conflitos entre ideal e realização dos papéis femininos, pelo menos nas mulheres entrevistadas, que não são esposas e dividem o papel de mãe e dona-de-casa com a própria mãe e outros parentes.

Portanto, o conflito psicológico entre "ser mãe e trabalhar fora" nas mulheres chefes de família pertencentes aos segmentos populares se caracterizaria por ter a mulher que realizar atividades previstas, pelo tipo de socialização, para os indivíduos do sexo masculino e não poder realizar satisfatoriamente as atividades previstas para os indivíduos do sexo feminino.

Assim, o que marca uma diferença entre famílias chefiadas por mulheres e famílias nucleares não é o fato de as primei

ras não serem variações do modelo de família patriarcal mas, como foi visto, justamente o fato de expressarem valores deste modelo que é vivido como ideal a realizar, e que por vezes, chega a ser realizado, ainda que de forma transitória. Daí advêm conflitos que, por estarem relacionados com a não-realização do modelo ideal, põem em cena questões sobre o que é "ser homem" e "ser mulher", portanto, conflitos ligados à diferença de gênero que, embora se distinga da diferença de sexos, nesta está ancorada (Costa, 1988, p. 38), podendo ser percebida como constitutiva da identidade psicológica dos sujeitos.

Desse modo, "ser mãe, esposa e dona-de-casa" é "ser mulher", para as mulheres entrevistadas e, possivelmente, para as do segmento social a que estas pertencem. Então, a realização destes papéis, mais do que quaisquer outros, são vividos por estas mulheres como definidoras do eu e porque estes pesam com a "força da lei parecem ter a força de um destino" (Chauí, 1986, p. 178).

Neste contexto, ter que trabalhar fora e não poder ser mãe, esposa e dona-de-casa é não "ser mulher", por isto, tão logo possível, as mulheres dos segmentos populares retornam a este "lugar" na família, na casa, no espaço privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordei o tema da diversidade familiar focalizando as famílias chefiadas por mulheres, por serem estas frequentemente citadas como exemplos de diferença de arranjo familiar, em relação às famílias nucleares ou conjugais.

Para desenvolver este tema, baseei-me tanto na leitura de textos sobre a família brasileira como na análise de entrevistas clínicas realizadas em um ambulatório do INAMPS, com mulheres chefes de família que procuraram atendimento psicológico para um de seus filhos.

As famílias chefiadas por mulheres são, em geral, constituídas por uma mulher mais velha (avó) com uma ou duas filhas (mães) e seus filhos. Estes são arranjos circunstanciais que resultaram da dissolução de uniões conjugais ou de amasiados e que podem ter sua configuração modificada ao longo da trajetória de vida da mulher.

Ao rever a literatura sobre o tema, destaquei nos estudos de Azevedo (1963, 1966) a relação que o autor aponta entre famílias chefiadas por mulheres e as de amasiados e nucleares; considerando-as como variações do modelo de família patriarcal.

A análise e discussão dos dados apontaram para a passagem, na maior parte dos casos, de famílias de amasiados ou conjugal para famílias chefiadas por mulheres. Portanto, as famílias chefiadas por mulheres revelam um modo característico de organização e de distribuição de papéis, podendo mostrar-se tão

funcional como outros arranjos e ocorrer sucessivamente em várias gerações.

Como assinalei, nas famílias entrevistadas constatou-se revezamento de papéis entre mãe e avó no cuidado com a criança. Ainda que as relações entre mãe e avó, em alguns momentos, fossem considerados difíceis, as mães entrevistadas percebem nesta divisão de tarefas, a melhor alternativa para criar os filhos quando tem que trabalhar.

Os estudos sobre famílias chefiadas por mulheres costumam conduzir à discussão sobre a matrifocalidade como característica destes arranjos familiares. Neste trabalho mostro, a partir dos textos estudados, como a matrifocalidade que perpassa todos os arranjos familiares, acentua-se nas famílias chefiadas por mulheres, devido a fatores contingenciais. Assim, esta "centralidade" nas mulheres decorre da superposição de papéis, que estas acumulam devido ao afastamento masculino. Assim, a matrifocalidade pode ser uma expressão de poder feminino em aparente contradição com o modelo de família patriarcal; o que pode ser confirmado, também, pela persistência da representação de modelo ideal de família nuclear nas mulheres chefes de família, o que aponta para a distinção de papéis sociais ligados à diferença de gênero. Desse modo, as famílias chefiadas por mulheres são arranjos circunstanciais, sujeitos a mudanças na trajetória de vida das mulheres, que podem ter ou não como referência legitimadora o grupo de culto africano, não sendo sua ocorrência restrita aos negros, nem se constituindo como tipo fixo de arranjo familiar dos segmentos pobres.

Portanto, há uma especificidade nas famílias chefiadas por mulheres, qual seja a da ocorrência destes arranjos como possibilidade de constituição familiar, sendo a chefia da família centralizada em uma mulher. Ao mesmo tempo estes arranjos mostram-se como variações do modelo de família patriarcal, pois derivam de famílias nucleares e de amasiados, que persistem como modelo ideal de família, ideal a realizar, se possível. O modelo de família conjugal aponta para a assimetria entre indivíduos do sexo masculino e feminino, sendo, portanto, expressão da sociedade patriarcal.

Por estar estudando famílias pertencentes aos segmentos populares, devido ao interesse em conhecer características da clientela que frequenta os ambulatórios públicos, detive-me na leitura de textos sobre composição familiar nestes grupos. A partir destes, constatei que, nas famílias nucleares dos segmentos populares, há uma forte demarcação entre os papéis sociais ligados à diferença de gênero, devido ao tipo de socialização que distingue estes papéis sociais relacionando-os aos espaços público e privado.

Da não-realização destes papéis (ideais) surgem conflitos que podem se configurar como conflitos psicológicos. Conflitos que nas mulheres chefes de família dos segmentos populares se intensificam, devido a forte demarcação entre os papéis sociais ligados à diferença de gênero, nestes grupos. Este conflito se caracterizaria por ter a mulher que realizar atividades previstas, pelo tipo de socialização que vivenciou, para os indivíduos do sexo masculino e não poder realizar, satisfatoriamente as atividades previstas para os indivíduos do sexo femini

no que, nestes segmentos referem-se aos papéis de "mãe, esposa e dona-de-casa".

Os dados das entrevistas são esclarecedoras neste sentido, como por exemplo, o fato de as mulheres, ao falarem sobre este conflito, utilizarem a expressão "trabalhar fora" para marcar bem o espaço onde este trabalho é realizado.

Ainda que neste estudo, tenha focalizado os conflitos referidos pelas mulheres através das expressões "ser pai e mãe"; "ser o homem e a mulher de casa", isto não significa dizer, de modo algum, que as famílias chefiadas por mulheres apresentam mais problemas ou dificuldades, do ponto de vista psicológico, do que outros arranjos familiares. Até porque o comparecimento significativo de famílias nucleares ao ambulatório onde foi realizado este estudo, revela que não há relação entre demanda de atendimento psicológico e tipos de arranjos familiares.

No entanto, nas famílias chefiadas por mulheres, parece haver elementos que complexificam o entendimento dos conflitos, por parte dos profissionais psi, como comentarei adiante.

É verdade que nem todas as mulheres chefes de família procuram atendimento psicológico para si ou para os filhos, mas as que solicitaram tal atendimento, ao levarem os filhos, apontaram a "falta de pai" como explicação para o sintoma da criança, que na maior parte dos casos, era a agressividade.

Todas as mães se queixaram da superposição de papéis, devido à "falta de marido", utilizando as expressões: "ser pai e mãe" e "ser o homem e da mulher da casa", o que mostra a rela

ção entre a problemática por elas vivida - conflito psicológico em relação a ter que exercer as atividades ligadas ao papel masculino e não poder exercer satisfatoriamente as atividades ligadas ao papel feminino - e a problemática do filho, como ela a percebe. Assim "falta de marido / falta de pai" que conduz a esta superposição de papéis na mulher, implica também em contradições em relação ao que está estabelecido pelo segmento social para ser realizado pelos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Importante ressaltar que o conteúdo dos conflitos psicológicos, relatados pelas mulheres entrevistadas: "ter que trabalhar e não poder ser mãe, esposa e dona-de-casa", poderia ser outro se, por exemplo, as mulheres tivessem procurado atendimento psicológico para si e não para os filhos.

Embora seja tentador imaginar relações entre os conflitos da mãe e os sintomas da criança, pela mãe relatados, seria ingenuidade de nossa parte homogeneizar as diferenças entre os casos clínicos entrevistados e perceber em todos a mesma dinâmica familiar ou individual. Não se trata de explicar os problemas apresentados pela criança como "falta de pai", baseando-se apenas no discurso consciente das mães, nem tampouco relacionar diretamente tais sintomas com o conflito vivido pela mãe.

A partir do reconhecimento deste conflito (ter que trabalhar fora e não poder ser mãe, esposa e dona-de-casa como gostaria) nas mães entrevistadas, pode-se pensar algumas questões pertinentes à situação de entrevista inicial, etapa do processo psicodiagnóstico.

Na análise dos dados comentei o fato de as mães terem

expressado dúvidas sobre quem deveria realizar o tratamento, se elas ou os filhos. Apontei naquele instante que, nesta solicitação de tratamento, as mulheres enfatizavam a dificuldade em realizar satisfatoriamente o papel de mãe. Após a delimitação deste conflito, por elas vivido tem-se um elemento a mais para esclarecer esta questão.

É verdade que, o fato de a mãe ter conflitos que aparecem durante as entrevistas iniciais, não exclui de forma alguma que seja indicado tratamento para o filho. Mas como estes conflitos vividos e relatados pela mãe estão relacionados com as dificuldades que esta percebe em "ser mãe" pode-se dizer que as análises destas entrevistas mostraram a demanda de atendimento para a mãe, fato a ser considerado nas etapas subsequentes do processo psicodiagnóstico e na entrevista de devolução.

É preciso ver se e como o conflito aqui descrito, a partir da realização dos arranjos de famílias chefiados por mulheres, podem repercutir não só na relação da mulher consigo mesma mas também na relação mãe-filho, tema que gostaria de vir a desenvolver em uma próxima oportunidade.

No presente estudo, apontei para a importância de se contextualizar o atendimento psicológico, especialmente no momento das entrevistas iniciais do processo psicodiagnóstico, que é o momento onde se decide se haverá ou não atendimento psicológico e onde se levantam hipóteses diagnósticas sobre os casos clínicos.

Ainda que, à primeira vista, o percurso realizado neste estudo, possa parecer um desvio da situação clínica, gosta-

ria de assinalar que a revisão dos textos da sociologia e da antropologia possibilitaram-me o entendimento de regularidades sociais nos arranjos familiares, questão relevante para a prática clínica.

Assim pude perceber, através dos textos e da análise de entrevistas, que a configuração de "díades maternas", por exemplo, como arranjos circunstanciais podem representar regularidades sociais, possibilidade de organização de papéis e funções familiares e não necessariamente expressão de problemática psicológica, decorrente, por exemplo, da não-elaboração da "separação mãe-filho". Embora, sem dúvida, nada impeça que estes elementos se superponham, sendo esta uma distinção a ser feita pelo profissional psi.

Do mesmo modo, a partir da revisão teórica e das entrevistas, constatei a "não-igualdade entre os pares" nos segmentos populares, que pode se constituir também como elemento importante tanto no entendimento das situações que surgem no processo de psicodiagnóstico como nas situações de intervenções terapêuticas.

A "não-igualdade entre os pares" característica das famílias nucleares, apresenta-se de forma explícita nos arranjos dos segmentos populares. Esta característica das famílias pode colocar o profissional psi frente à difícil distinção entre "não-igualdade entre os pares" como característica de um grupo social e/ou expressão de "dependência" da mulher em relação ao marido ou a sua família de origem.

Aparentemente fácil, trata-se de uma difícil distinção, principalmente, se se levar em conta a inserção sócio-cultural do profissional psi, que marcada pela difusão dos valores de igualdade entre os sexos pode perceber problemática psicológica onde há diferenças sócio-culturais. Neste exemplo, também nada impede que se articulem características sócio-culturais e problemática psicológica, pois algumas mulheres podem vivenciar com sofrimento estas situações, o que pode ser um motivo para procurar atendimento psicológico.

Assim, exercer a prática clínica em uma instituição pública é defrontar-se com estas e outras questões que remetem tanto para uma reflexão sobre os modelos teóricos que orientam esta prática como também para as diferenças de inserção sócio-cultural entre profissional e cliente, temas que, apesar de muito discutidos nos últimos anos, apontam para a necessidade de se refletir sobre os paradigmas teóricos e técnicos que fundamentam a prática psicoterápica como também para a necessidade de se estudar diferentes grupos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, N. Casa e modo de produção. In: AGUIAR, N. (org.). Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ARAGÃO, L.T. Em nome da mãe. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, V. 3, p. 109-145.
- ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- AZEVEDO, T. Família, casamento e divórcio no Brasil. In: Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 109-139.
- _____. Social change in Brasil. Gainesville, University of Florida Press, 1963. p. V-81.
- BANTON, Michael. Roles - An Introduction to the study of social relations. Tavistock Publications, 1969, Londres.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Edição 70, 1977.
- BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas - a situação da mulher chefe de família. In: Anais do Primeiro Encontro Nacional da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Campos do Jordão, ABEP, 1978.
- BERNSTEIN, B. Classe Social, sistemas de fala e psicoterapia. In: FIGUEIRA, S.A. (org.). Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980, p. 230-246.

- BEZERRA Jr., B. A noção de indivíduo: reflexão sobre um implícito pouco pensado. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 1982 (Dissertação de mestrado).
- BORGES, L. Atendimento psicoterápico a pessoas dos setores populares: um estudo das representações dos terapeutas e pacientes sobre essa forma de tratamento. Rio de Janeiro, PUC, 1987 (Dissertação de mestrado).
- CÂNDIDO, A. The Brazilian family. In: SMITH, T.L. & MARCHANT, A. (eds) Brazil: portrait of half a continent. New York, The Dryden Press, 1951, p. 291-312.
- CHAUI, M. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CORREA, M. Repensando a família patriarcal (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: Colcha de retalhos. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 38.
- COSTA, J.F. A consciência da doença enquanto consciência do sintoma. Mimeo. 1985, p. 1-30.
- _____. Imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 1988. (Tese de Livre-Docência).
- _____. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- DA MATTA, R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: Pensando a família no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e tempo/UFRRJ; 1987, p. 115-136.

DUARTE, L.F.D. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

DURHAM, E. Família e reprodução humana. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, V.3, p. 13-14.

FIGUEIRA, S. Relativização da doença orgânica: diferentes representações sociais. In: Infância e adolescência. Rio de Janeiro, Appia, 1975, p. 105-123.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.L. & HEILBORN, M.L. Antropologia e feminismo. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, V. 1, p. 11-47.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987, 1ª edição, 1933.

_____. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, V. 1.

_____. The patriarchal basis of brasilian society. In: MAIER, J. A and WEATHERHEAD, R.W. (org.) Politics of change in Latin America. New York, Frederich A. Praeger Pub. 1964.

LO BIANCO, A.C. Concepções de família em atendimentos psicológicos fora do consultório: um estudo de caso. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Campus, 1981, p. 151-182.

_____. "Ideal" e "realização" familiares em dois grupos sociais da cidade do Rio de Janeiro. Mimeo, 1988, p.1-13.

LANDES, R. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 283-316.

- LÉVI-STRAUSS, C. La família. In: Polêmica sobre el origen y la universalidad de la família. Barcelona, Editorial Anagrama, 1976, 1ª ed., 1956.
- LUZ, M. 'O lar e a maternidade: Instituições políticas. In: LUZ, M. (org.). O lugar da mulher. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 9-33.
- MACHADO NETO, Z. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescência em famílias proletárias. In: AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MAGNANI, J. Festa no Pedaco. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 137-139.
- MEDEIROS, M.A. de A. O elogio da dominação. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.
- MICELA, R. Antropologia e psicanálise. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MOTT, L. Escravidão e homossexualidade. In: VAINFAS, R. (org.). História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- NEGREIROS, T. Relação mãe-filha adolescente na favela do Vidigal. Rio de Janeiro, NEM/PUC/RJ, 1988.
- NICOLACI DA COSTA, A.M. "Privação Cultural", "Privação linguística" e família. In: VELHO, G. e FIGUEIRA, S.A: (org.). Família, psicologia e sociedade. Rio de Janeiro, Campus, 1981.

- OCAMPO, M.L.S. & ARZENO, M.E.G. Y Col. Las técnicas proyectivas y el processo psicodiagnóstico. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1976, Vol. 1, p. 13-62.
- ORTIZ, R.A. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo, p. 7-33.
- RODRIGUES, A. Operário, Operária. São Paulo, Símbolo, 1978.
- ROMANI, J.P. Mulher: natureza e sociedade. In: LUZ, M. (Org.). O lugar da mulher. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 59-72.
- ROPA, D. e DUARTE, L.F.D. Considerações teóricas sobre a questão do "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, S.A. Cultura da Psicanálise. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 178-201.
- ROPA, D. et alli. Família e criança num grupo de classe trabalhadora: um estudo sobre diferença e legitimidade culturais. Rio de Janeiro, Mimeo, 1983, p. 1-18.
- SALEM, T. Mulheres faveladas. "Com a venda nos olhos". In: Perspectiva antropológicas da mulher, Vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SELLTIZ, C. et alli. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder, 1967.
- VENÂNCIO, R. Nos limites da sagrada família - ilegitimidade e casamento no Brasil colonial. In: VAINFAS, R. (org.). História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- WILLEMS, L. "A estrutura da família brasileira". Sociologia, São Paulo, 16(4), 1954.

WOORTMANN, K. A família das mulheres. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: Colcha de retalhos. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 161-183.

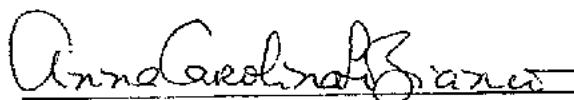
B I B L I O G R A F I A

- CANEVACCI, M. (org.). Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DUARTE, L.F.D. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- FUKUI, L. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, 10, 1980.
- KOSOVSKI, E. Adultério. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983 (tese de doutorado).
- QUEIROZ, M.I.P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo, USP, 1983.
- TUNDIS, S.A. & COSTA, N.R. (orgs.). Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1987.
- VELHO, G. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.


N O T A S

- (1) Há quilombos que resistiram e continuam existindo ainda hoje como, por exemplo, a comunidade Kalunga, formada por 4000 negros, no Estado de Goiás. Estes vivem da agricultura, caça e pesca, organizados em comunidades formadas por laços familiares, conforme consta na pesquisa de UFGO (Boiocchi, 1982, apud JB - 3/10/88).
- (2) No momento em que escrevo, tomo conhecimento de pesquisa realizada recentemente pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, onde a pesquisadora constatou que meninos de rua ganhavam mais do que seus pais, vendendo frutas, lavando carros ou pedindo esmolas. Importante ressaltar que 80% das crianças mantinham estreitos laços familiares, não podendo, portanto, serem chamados de menores abandonados (apud JB - 27/9/88).
- (3) Papéis - "Conjunto de direitos e obrigações, isto é, como uma abstração a qual o comportamento das pessoas deverá se conformar em vários graus" (Banton, 1969, p. 21).
- (4) PAM (Posto de Assistência Médica - Unidade do INAMPS).

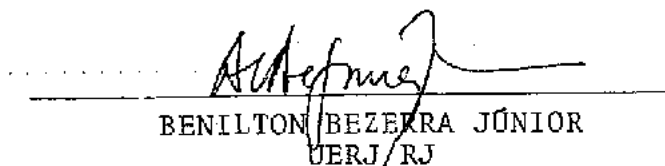
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ
fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



ANNA CAROLINA LO BIANCO
Orientadora
PUC / RJ



ANGELA BARAF PODKAMENI
Orientadora
PUC / RJ



BENILTON BEZEIRA JÚNIOR
UERJ/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro,



MA. EUCHARAS DE SENNA MOTTA
Coordenadora dos programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas